

## **Relatório de estágio no Observatório do Racismo e Xenofobia**

**Jaqueline Talita da Silva**

## **Relatório de Estágio de Mestrado em Estudos de Educação**

**Docente:** Professora Dra Susana Batista

**Discente:** Jaqueline Talita da Silva

**Setembro, 2024**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Educação, realizado sob orientação científica da Doutora Susana Batista.

## AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui apresentado foi construído com o apoio de muitas pessoas queridas, por isso os agradecimentos são primordiais.

À minha orientadora, a Professora Susana Batista, que aceitou o desafio de caminhar comigo ao longo dessa jornada, que me orientou sempre com serenidade e paciência, sem jamais me desanimar.

Agradeço à família que construí: ao meu parceiro de aventuras, Rogério Dias, que me apoiou e caminhou comigo de mãos dadas do começo ao fim desta jornada, e às minhas filhas, Clarice Aimi e Aiyra landé, que sempre me fizeram rir e me mostram diariamente que a alegria está nas coisas mais simples. É com vocês que quero sempre estar.

À minha mãe que é também minha grande amiga, quem me ensinou a importância da leitura e do conhecimento.

Aos meus amigos que tanto me inspiram e me apoiaram neste percurso, sem permitir que eu desistisse, Leandro, Raquel, Grazielle, Valéria, Adilma, Claudiana, Sara, Jean Carlos, Rita. Agradeço aos meus antigos alunos e alunas, vocês foram a minha grande inspiração.

Impõe-se também um agradecimento à FCSH enquanto instituição e às aulas inspiradoras do professor David Justino, da professora Cláudia Urbano e dos demais professores que contribuíram com o meu aprendizado.

Agradeço a toda equipa do Observatório do Racismo e Xenofobia pelo acolhimento, um agradecimento especial à Sandra Mestre Cunha pelo apoio, pelas conversas e pelo aprendizado.

## **Resumo**

O presente relatório descreve as atividades realizadas no âmbito do estágio de Mestrado Estudos em Educação no recém-criado Observatório do Racismo e Xenofobia, ligado ao CEDIS da NOVA School of Law da Universidade NOVA de Lisboa. O observatório dedica-se à compreensão dos fenómenos relacionados ao racismo, xenofobia e práticas discriminatórias, bem como a explorar alternativas para seu combate. As atividades desempenhadas relacionam-se com a fase de diagnóstico, mapeamento e exploração de iniciativas educativas de carácter não formal para consciencialização sobre os fenómenos e procura da sua mitigação, nomeadamente análise de manuais escolares, organização e acompanhamento de debates e conversas e levantamento de entidades que trabalham na área e seus projetos. Tais atividades foram orientadas por uma análise dos conceitos em causa – nomeadamente racismo, xenofobia e discriminação – e de uma reflexão sobre o papel da educação, sobretudo não-formal, no combate a esses fenómenos.

**Palavras-Chave:** Educação não-formal, Racismo, Xenofobia, Discriminação, Observatório do Racismo e Xenofobia.

## **Abstract**

This report in question outlines the activities carried out during the Master's internship in Education at the newly established Observatory for Racism and Xenophobia, linked to CEDIS at NOVA School of Law, Universidade NOVA de Lisboa. The observatory focuses on comprehending phenomena related to racism, xenophobia, and discriminatory practices, as well as exploring alternatives for combating them. The activities conducted are related to the diagnostic phase, mapping, and exploring non-formal educational initiatives aimed at raising awareness about these issues and seeking their mitigation. Including the analysis of school textbooks, organizing and facilitating debates and discussions, and identifying organizations working in this field and their projects. These activities were guided by an analysis of the relevant concepts - namely, racism, xenophobia, and discrimination - and a reflection on the role of education, mainly non-formal education, in combating these phenomena.

**Keywords:** Non-formal education, Racism, Xenophobia, Discrimination, Observatory for Racism and Xenophobia.

## Índice de Figuras

Figura 1. Capa do manual didático, História e Geografia de Portugal .....	p.39
Figura 2. O transporte de escravos .....	p. 40
Figura 3. Evolução da população portuguesa por grupos etário.....	p. 41
Figura 4. População portuguesa por grupos etários e por género.....	p. 41
Figura 5. Jardim de infância.....	p.42
Figura 6. Homem sem-abrigo.....	p. 42
Figura 7. Empregados da construção civil (imigrantes).....	p. 43
Figura 8. Reunião em videoconferência.....	p.44
Figura 9. Material de divulgação das duas atividades .....	p. 66
Figura 10 - Cards Conversas.....	p. 49

## ÍNDICE

---

1. Introdução .....	p.6
2. Entidade acolhedora.....	p.10
3. Referenciais teóricos.....	p.13
3.1 Primeira aproximação: a questão das desigualdades.....	p.13
3.1.1 As dimensões de ideologia e preconceito.....	p.15
3.1.2 O racismo como prática: do racismo estrutural à discriminação... individual	p. 19
3.2 A educação como luta contra o racismo e a xenofobia.....	p. 22
3.2.1 Experiências e ações institucionais na educação formal.....	p. 25
3.2.2 O papel da educação não-formal.....	p. 29
4. Atividades desenvolvidas.....	p. 33
4.1 Análise de manuais escolares.....	p. 35
4.2. Atividades de discussão sobre racismo e xenofobia em associações.....	p. 44
4.3 Colaboração com o Ciclo de Conversas.....	p.48
4.4 Levantamento de associações e projetos focados em educação anti-racista e na integração da população migrante.....	p. 51
4.5 Cronograma de atividades.....	p. 52
5. Análise crítica.....	p. 52
6. Conclusão.....	p. 55
7. Referências bibliográficas.....	p.56
Anexos.....	p.63

## 1. Introdução

*A educação é um espaço de resistência, um lugar onde podemos reimaginar a vida e lutar contra as opressões. (“Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”, bell hooks)*

O presente relatório de estágio surge no âmbito do Mestrado em Estudos de Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A temática em estudo irá relacionar-se com a educação para mitigar fenómenos como o racismo, xenofobia, preconceitos e práticas discriminatórias. Sendo uma mulher negra e imigrante, sempre estive consciente das opressões interseccionais que influenciam minha trajetória, especialmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Desde cedo, observei que as mulheres negras se encontravam frequentemente ligadas a cargos de limpeza, e os homens negros em trabalhos com obras ligadas à construção civil, o que obviamente não é uma regra. Para além disso, nas universidades em que estudei não tive nenhum professor ou professora negra, o que reforçou em mim a urgência de estudar e compreender as dinâmicas raciais e discriminatórias em ambientes educativos.

O estágio surgiu do desejo de atuar no campo, especialmente pelo fato de até então eu não ter tido experiências profissionais em contexto português. Minha expectativa era estabelecer uma conexão entre a teoria adquirida na licenciatura, pós-graduação e, atualmente, no mestrado, e o trabalho desenvolvido como coordenadora de projetos socioculturais, visando um enriquecimento tanto profissional quanto acadêmico.

A realização do estágio no recém-criado Observatório do Racismo e Xenofobia, constituiu simultaneamente um desafio e uma oportunidade. Inicialmente, meu objetivo era atuar em uma associação que trabalhasse diretamente com mulheres negras, imigrantes ou não. Contudo, não obtive retorno das organizações com as quais estabeleci contato. O Observatório surgiu como uma boa

oportunidade, fui bem acolhida pela equipa, e passei a integrar as atividades. Essa experiência fez com que as questões relacionadas à discriminação e aos preconceitos enfrentados por pessoas negras e imigrantes, especialmente no campo da educação, se tornassem centrais para o desenvolvimento do meu trabalho.

O racismo, considerado um “fenómeno ideológico que atravessa os diferentes setores sociais” (Vala, 2021, p. 70), com repercussões ao nível dos recursos e oportunidades de vida de determinados grupos de pessoas, contribui para reforçar desigualdades sociais. Como exemplo particularmente ilustrativo, estudos demonstram que a população afrodescendente e cigana tem um percurso educativo muito aquém do esperado. De acordo com a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância - ECRI (2018), o abandono escolar entre crianças afrodescendentes em Portugal é significativamente elevado, sendo três vezes maior do que entre outras populações, e o número de estudantes de origem africana no ensino superior é cinco vezes menor. Além disso, a situação das crianças ciganas é particularmente alarmante, com cerca de 90% abandonando a escola precocemente, muitas vezes entre os 10 e 12 anos de idade (ECRI, 2018, p. 10).

As questões ligadas aos fenómenos mencionados cruzam diversos campos, inclusive a educação, que desempenha um papel crucial na formação de indivíduos. É fundamental compreender a educação de maneira abrangente, não apenas como transmissão de conhecimento, mas como uma verdadeira oportunidade de transformação social. Como lembra Paulo Freire (1975), a educação em suas múltiplas dimensões, como por exemplo em contexto escolar ou em contextos não formais de educação, deve servir para alimentar o desenvolvimento da consciência crítica, para que assim seja possível combater o racismo e xenofobia.

Por conseguinte, me interessei em trabalhar com a teoria e prática, o que levou à formulação de duas questões principais e norteadoras do trabalho: Qual o impacto da educação não formal na promoção da igualdade racial e no combate à discriminação? E como o Observatório do Racismo e Xenofobia pode contribuir efetivamente para essa causa?

As atividades foram realizadas sob a supervisão da Doutora Helena Pereira de Melo, que integra a equipa do Observatório. O estágio decorreu entre os meses

de abril e julho de 2024, totalizando 350 horas. Algumas atividades foram desenvolvidas no espaço provisório da entidade, localizada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, assim como em outros espaços conectados a associações externas. Devido às limitações de tempo, atividades adicionais em outras duas associações não puderam ser realizadas.

No primeiro capítulo é feita uma descrição detalhada da entidade de acolhimento, seguida pelo segundo capítulo, no qual se apresentam clarificações e distinções conceptuais, nomeadamente sobre termos centrais como o racismo e xenofobia. Enquadrados na temática das desigualdades sociais, aprofundamos o conceito do racismo e suas ramificações nas suas dimensões ideológicas, preconceituosas (xenofobia, racismo subtil) e práticas (racismo estrutural e práticas discriminatórias). Posto isso, e ainda nesse capítulo, falaremos sobre a importância da educação como forma de combater os fenómenos já citados, educação entendida como prática libertadora, crítica e inclusiva, tanto no contexto da educação formal quanto, especialmente, na educação não formal.

No terceiro capítulo falaremos sobre as atividades colocadas em prática durante o estágio. Importa destacar que, por se tratar de uma entidade que foi criada recentemente, no ano de 2023, com o início das atividades em setembro do mesmo ano, digo que foi bastante desafiador, pelo facto de o Observatório ainda não ter um espaço próprio e também pelo facto de a equipa estar a se entrosar. Realizamos duas atividades no âmbito da educação não-formal, fase que demandou bastante preparo prévio. Além disso, foi feita a análise documental de dois manuais escolares do 2º Ciclo, do 6º ano, o primeiro de Língua Portuguesa (Editora Raiz) e o segundo de História e Geografia de Portugal (Editora Porto).

Após a conclusão das tarefas, o último capítulo apresenta uma análise crítica da minha experiência e as considerações finais sintetizam as principais conclusões desta etapa do Mestrado, abrindo espaço para propostas de futuras ações educativas no âmbito do Observatório. O documento termina com um conjunto de anexos que integram os principais produtos resultantes do estágio.

## **2. Apresentação da entidade acolhedora: o Observatório de Racismo e Xenofobia**

O Observatório de Racismo e Xenofobia (ORX)<sup>1</sup>, formalmente constituído em março de 2023, surgiu em resposta às recomendações da União Europeia, através do comité para a eliminação da discriminação racial - *Committee on the Elimination of Racial Discrimination* (CERD). Seus peritos instaram Portugal a fazer mais pela prevenção e combate ao racismo, e para alcançar este objetivo, a Comissária do Conselho da Europa, Dunja Mijatović, em 24 de março de 2021, apelou às autoridades portuguesas através de um memorando; a comissária defendeu que Portugal deveria “se empenhar mais resolutamente no combate contra o recrudescimento do racismo no país (...)” (Conselho da Europa, 2021). Para auxiliar o país no aprimoramento das suas práticas no combate ao racismo e à discriminação, inserido no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025, "Portugal contra o Racismo", o Observatório foi concebido como um organismo independente, ligado ao meio académico.

O observatório faz parte do Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre direito e Sociedade (CEDIS) da NOVA School of Law da Universidade NOVA de Lisboa, da Nova School of Law, que tem por objetivo atuar no desenvolvimento de atividades relacionadas com a promoção do aconselhamento jurídico, da formação e da investigação nas áreas do Direito da Igualdade e da Discriminação. O Observatório se enquadra no sentido de produzir, recolher, tratar e difundir informações em matéria de racismo, xenofobia e discriminação nas várias áreas e setores abrangidos pelo Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025.

A entidade conta também com a colaboração de outros órgãos, como por exemplo o Ministério da Igualdade Racial do Brasil. Está prevista também a assinatura de protocolos de entendimento e cooperação com a embaixada do Brasil e Cabo Verde. O Observatório tem por objetivo trabalhar em parceria com outras entidades que desenvolvam a sua atividade na área dos direitos humanos, em

---

<sup>1</sup> <https://observatoriodoracismoexenofobia.novalaw.unl.pt>. Importa referir que o novo site ainda está em fase de inserção de conteúdos.

especial nos domínios da igualdade e discriminação racial e xenofobia. Há parcerias previstas, mas ainda não foram concretizadas.

Os propósitos do observatório são gerar, reunir, processar e disseminar dados e conhecimento sobre racismo, xenofobia e discriminação, auxiliar no entendimento sobre a amplitude, profundidade e seriedade desses fenómenos, bem como compreender as diversas formas e manifestações de práticas discriminatórias, seja em contextos institucionais, académicos, profissionais ou sociais. O ORX pretende cooperar com outras entidades análogas, como por exemplo a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), Observatório das Migrações, como com organizações da sociedade civil, e procurará articular com outras universidades e centros de investigação, estabelecendo parcerias em projetos de investigação e desenvolvimento. O observatório pretende realizar estudos e relatórios sobre esses fenómenos que possam orientar as políticas públicas.

Entre 2023 e o ano em vigor, a equipa tem trabalhado para melhorar a parte de comunicação e divulgação, direcionando esforços para o desenvolvimento de um site mais profissional e intuitivo. Procura também criar um acervo bibliográfico, que funcionará como uma biblioteca de acesso livre, destinada a estudantes e investigadores interessados em desenvolver estudos dentro das áreas em que a entidade atua ou ligadas a temas análogos. Tem apoiado candidaturas de pesquisadores em projetos de investigação, como por exemplo o edital “*EU Horizon Grant Application*”<sup>2</sup>, entre outros. Foram criados dois prémios de investigação, que pretendem distinguir e premiar trabalhos académicos de licenciatura e mestrado com temas relacionados a racismo e xenofobia.

Está sendo organizado um curso de Pós-Graduação, assente numa perspetiva jurídica e social, com uma abordagem interseccional e multidisciplinar. que será centrado nos direitos e interesses das comunidades racializadas, migrantes, minorias étnicas, e pessoas em situações de discriminação ou preconceito étnico-racial. A 1ª edição, que ainda não tem uma data definida para iniciar, terá um carácter de curso intensivo com duração de quatro meses e tem como

---

<sup>2</sup> Para saber mais:

[https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe\\_e](https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe_e)  
[n](#)

público-alvo os dirigentes e técnicos/as superiores das várias áreas governativas do Estado e da sociedade civil, juristas, licenciados e outros profissionais das áreas relacionadas aos fenómenos em causa, de áreas conexas e para todos os interessados.

A equipa também dedica esforços para acompanhar e avaliar políticas públicas e programas voltados ao combate dos fenómenos em causa, auscultando organizações da sociedade civil e propondo recomendações para o aprimoramento das políticas e iniciativas legislativas, como por exemplo na área do acesso à saúde (SNS) por pessoas imigrantes, no que respeita ao artigo 240º do Código Penal. São processos ainda em curso pelo que não se podem apresentar conclusões ou relatórios finais.

Além disso, desempenha um papel importante na promoção do debate e reflexão académica sobre tais questões, organizando atualmente atividades mensais que recebem o nome de “Conversas”, que pretendem estimular a troca de ideias, o debate e a reflexão sobre a realidade social relacionada com o fenómeno do racismo, envolvendo o maior número e tipo de atores sociais possíveis.

O observatório promove ainda a criação de redes de investigação e cooperação nacionais e internacionais, tendo no mês de junho de 2024 firmado um protocolo de entendimento com o Governo Brasileiro por via do Ministério da Igualdade Racial e da Ministra Anielle Franco e da Nova School of Law.

A criação do observatório resultou de um protocolo firmado com o governo, então liderado pelo Partido Socialista, e contou com a colaboração de figuras renomadas no campo académico e jurídico, como a Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza, atualmente presidente do Observatório. A equipa atual é constituída pela referida professora, que assume a posição de Presidente, dois professores da NOVA indicados pela Presidente, o Professor Doutor Manuel Lisboa e a Professora Doutora Helena Pereira de Melo, duas bolsistas de investigação, a socióloga Sandra Mestre Cunha e a advogada Joana Capaz Coelho.

Inicialmente, o financiamento do Observatório foi garantido pelo governo por meio de contratos anuais. O observatório mantém a expectativa de continuidade e

aprofundamento do trabalho desenvolvido e do necessário apoio do novo governo atualmente em funções.

### **3. Referenciais teóricos**

O início do estágio no Observatório do Racismo e Xenofobia demandou, inicialmente, uma familiarização com conceitos centrais às temáticas desenvolvidas. O objetivo principal foi compreender e distinguir entre si, mesmo que de forma preliminar, os conceitos que nortearam as atividades no Observatório. Entre esses, destacam-se racismo, xenofobia, discriminação, educação formal e não-formal. Neste capítulo, apresenta-se o resultado das leituras e esforço de delimitação conceptual.

#### **3.1. Primeira aproximação: a questão das desigualdades**

Primeiramente, é indispensável pensar nas desigualdades sociais, uma das temáticas centrais das sociedades contemporâneas, que afetam de forma diferenciada – e sistemática – diferentes grupos sociais, seja no acesso a bens, recursos ou oportunidades de vida. Tais desigualdades são multidimensionais (Machado, 2019), no sentido em que são possíveis de verificar em diferentes esferas de vida, como por exemplo a nível económico, educativo, saúde, etc. Afetam ainda diferentes categorias de indivíduos, sendo de destacar desigualdades de classe, género ou étnico-raciais, aspeto que nos interessa particularmente.

Na senda do sociólogo Therborn, Machado (2019) e Costa (2012) distinguem três tipos de desigualdades contemporâneas: vitais, existenciais e de recursos. As primeiras remetem para questões de risco de saúde. As outras duas revelam-se mais pertinentes para o enquadramento dos conceitos que pretendemos explorar mais aprofundadamente.

As desigualdades existenciais referem-se às diferentes possibilidades de reconhecimento para todos os cidadãos de usufruir de direitos e liberdades fundamentais, que afetam particularmente alguns grupos em função do seu género ou etnia, por exemplo. Assim, algumas das formas mais conhecidas deste tipo de desigualdades são “fenómenos como o patriarcado, a escravatura ou o racismo” (Costa, 2012 p. 11). O oposto da legitimação dos direitos são as discriminações e o estigma e as dificuldades de determinados grupos sociais alcançarem êxito em seus

projetos, por conta da sua condição humana o limitar. Portanto, há "situações em que os membros de alguns grupos são alvos cotidianos de racismo e discriminação étnica, seja por parte dos grupos socialmente dominantes, seja por parte das instituições." (Machado, 2019, p.5). Este enquadramento permite-nos desde já perceber como fenómenos como práticas discriminatórias e preconceitos raciais têm suas raízes em desigualdades existenciais.

Já as desigualdades de recursos relacionam-se com as "desigualdades de rendimentos e riquezas, de escolaridade e qualificação profissional" (p.03), e que estes fatores contribuem e impactam no desenvolvimento humano, uma vez que não existe uma distribuição igualitária de recursos e capitais econômicos, culturais, sociais e outros. O acesso a esses recursos depende das estruturas e posições sociais que os indivíduos ocupam. Assim, determinadas categorias sociais – como o género, a classe social, a etnicidade ou a nacionalidade – podem constituir mecanismos geradores de desigualdades.

Importa ainda perceber como as diferentes desigualdades se cruzam. Para uma compreensão mais alargada sobre o impacto das interseções dos muitos tipos de desigualdades, destacamos a reflexão de Costa e Mauritti, numa resenha de outros autores:

"(...) Alguns tendem também a enfatizar, em simultâneo, as interseções sistémicas que se estabelecem entre as desigualdades de classes e outras desigualdades - designadamente as interseções entre desigualdades de classe, género e raciais (Massey, 2007) ou as interseções entre desigualdades de classes sociais e um conjunto multidimensional ainda mais abrangente de desigualdades vitais, existenciais e de recursos (Therborn, 2013)" (Costa e Mauritti, 2018, p. 110).

A questão da intersecção das desigualdades faz-nos pensar em como por exemplo as desigualdades existenciais podem condicionar o acesso a recursos, como a educação ou o emprego,

Para melhor definir os conceitos de racismo e xenofobia, propomo-nos pontos seguintes a divisão da reflexão em dois pontos, na senda de Machado (2000). Primeiro, as dimensões de ideologia e preconceito, que operam ao nível de crenças

e valores. Seguidamente, aprofundamos a questão das práticas, quer enquanto sistema de opressão, como de práticas discriminatórias.

### **3.1.1 As dimensões de ideologia e preconceito**

Subjacente ao conceito de racismo, a palavra 'raça' contém em si um peso social e histórico e há controvérsias em sua etimologia. Silvio de Almeida (2019) fez um estudo sobre teoria social e racismo estrutural, no qual argumenta que não podemos compreender as sociedades contemporâneas sem entendermos os conceitos de raça e racismo. O significado de ambos, bem como suas consequências, para ele, exigem de nós o entendimento sobre teoria social. O autor argumenta que “o que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações” (p. 18)

Entendendo o racismo como “uma configuração ideológica que atravessa os diferentes setores sociais” (Vala, 2021, p. 70), percebemos que é um sistema de ideias, crenças e valores que orientam o pensamento social. Esta ideologia assenta numa classificação e hierarquização das pessoas em função da categoria “raça”. Historicamente, a forma como se opera a questão da raça foi-se alterando: primeiro, assentou nas características fenotípicas que carregamos connosco, como a cor da pele; depois, abandonou-se a ideia do racismo de base biológica, sendo substituída por ideologias que estabelecem as diferenças com base em características étnico-culturais, atreladas à religião, línguas ou costumes (Almeida, 2019). Em todo o caso, esta hierarquização baseia-se na ideia segundo a qual diferentes raças possuem diferentes qualidades culturais e morais (Machado, 2000). Assim, este sistema de ideias, crenças e valores se “alimenta de uma conjugação ampla de valores que integra o poder e a rejeição do universalismo igualitário, a exclusão e o conservadorismo sociopolítico” (Vala, 2021, p. 70).

Esta dimensão ideológica do racismo é a mais antiga, existindo desde o século XIX na Europa com o apoio da “sociologia emergente” (Machado, 2000). O racismo científico, desenvolvido por intelectuais como Arthur de Gobineau, Francis Galton, Linnaeus, entre outros (Vala, 2021), contribuiu para sistematizar “a ideologia da hierarquização inevitável dos homens em função das pertenças raciais” (Machado, 2000, p.10). Como esclarece Machado (2000),

“(…) a ideia de que as capacidades intelectuais e a cultura se transmitem de forma hereditária e desigual de acordo com as raças - ideia que toma como indicador principal, embora não exclusivo, a cor da pele, com o branco europeu do norte a ocupar o topo da hierarquia - é uma interpretação sobre a diversidade humana amplamente partilhada no campo intelectual e científico europeu da época, e não o produto de alguns espíritos isolados. Esta maneira de pensar (...) de todos os campos do saber, com inumeráveis contribuições de filósofos, teólogos, anatomistas, fisiologistas, historiadores, filólogos, mas também de escritores, poetas e viajantes”, numa Europa em que, por todo o lado, há quem ‘se apaixone pela medição dos crânios e dos ossos, a pigmentação da pele, a cor dos cabelos” (Wieviorka, 1991, p. 27,29 como citado em Machado, 2000, p. 11)

No final do século XIX, o racismo científico passou a ser gradualmente rejeitado e desacreditado. O conceito de raça foi refutado, mas continuou presente no discurso e práticas sociais, assumindo novas roupagens e refletindo assim uma mudança no discurso, em que a noção de raça perdeu centralidade e outras categorias, tais como etnia e cultura, passaram a ser mais enfatizadas. Cabecinhas (2007) corrobora com a visão de Almeida (2019) ao afirmar que "o fim do 'racismo científico' não significou o fim do racismo na sociedade, este transformou-se e diversificou-se" (p.27), ao passo que, novas ideologias surgiram e a hierarquização continuou, mas desta vez de outra forma, a partir das diferenças étnicas e culturais.

Surgem assim novos termos e a atenção vira-se para outros processos e dimensões, como é o caso dos preconceitos, que se referem a ideias pré-concebidas acerca de determinadas pessoas ou grupos, acarretando emoções, avaliações ou até mesmo atitudes negativas (Vala, 2021). Se as ideologias se baseavam em sistemas de hierarquização de certos grupos em relação a outros, temos como consequência estes preconceitos que não se restringem a um fenómeno individual, mas constituem antes “uma forma de cognição social estruturalmente fundada” (Van Dijk, 1987, p. 391, como citado em Machado, 2000, p.15).

Segundo Vala (2021), de acordo os dados do Inquérito Social Europeu (European Social Survey, 2014-2015), Portugal é um dos países com maiores níveis

de concordância quanto “a adesão a crença de que existem grupos inferiores e superiores de acordo com as suas características” (p. 67).

Entre os novos conceitos que emergem para dar conta das novas faces do racismo nas representações da população, cabe destacar o racismo subtil, enquanto fenómeno frequentemente invisível nas interações cotidianas, mas profundamente enraizado nas estruturas sociais. Diferentemente do racismo científico, o racismo subtil manifesta-se de maneira velada, por meio de atitudes, expressões lexicais que denotam preconceito, comportamentos e suposições preconceituosas, não apenas no âmbito individual, mas na forma estrutural, como esclarecem Vala, Brito e Lopes (2015): “o racismo subtil, (...) se encontra associado a uma atitude negativa face aos negros” (p.156). Os preconceitos provenientes do racismo subtil se dão por meio de crenças socialmente aceitáveis. De acordo com a pesquisa dos mesmos autores “(...) em todas as amostras europeias, os valores de adesão ao racismo subtil apresentam-se mais elevados do que os de adesão ao racismo flagrante” (p. 153).

Pode-se inferir que o racismo subtil está cada vez mais difundido na sociedade por não ser escancarado e por se manifestar através de preconceitos diversos, justamente por assumir uma característica menos pujante e declaradamente agressivo, o que faz com que se torne mais disfarçado e menos perceptível nas interações sociais, sendo mais difícil de detetá-lo, pois se manifesta através de comportamentos indiretos e atitudes implícitas, ainda assim, Machado (2000), argumenta:

“Em suma, em todas as amostras inquiridas, incluindo a portuguesa, a adesão ao racismo subtil é maior do que a adesão ao racismo flagrante, não deixando, no entanto, de estarem ambos muito correlacionados” (p. 13).

Portanto, o racismo que antes tinha como base referências biológicas, transformou-se, manifestando-se de maneiras subtis e camufladas, podendo não ser identificadas como racismo.

Inspirados nas ideias luso-tropicalistas<sup>3</sup>, do cientista social brasileiro Gilberto Freyre, grandes partidos políticos não se posicionam e não abordam a ideologia

---

<sup>3</sup>Luso-tropicalismo, um conceito defendido por Gilberto Freyre, sustentava que o povo português era naturalmente aberto à miscigenação, o que os tornaria benevolentes. essa ideia foi utilizada para justificar a manutenção das colónias portuguesas, especialmente durante o período do Salazarismo. (Araújo, 2018)

racista em contexto português. Não assumir a existência do racismo, aliado à inexistência do debate sobre o tema, sem propostas de projetos anti-racistas e anti-xenófobos, acaba-se por facilitar a propagação do racismo subtil no contexto social, (Vala et al., 2015).

Outro conceito que está intimamente ligado ao racismo e suas derivações é a xenofobia<sup>4</sup>. Cabecinhas (2008) traz reflexões importantes sobre o conceito, que é definido como "(...) aversão e hostilidade manifestada a pessoas estrangeiras" (p.168). Importa, no entanto, referir que não apenas os cidadãos estrangeiros podem vir a ser alvos de xenofobia, como a autora exemplifica, os cidadãos de origem cigana já habitam o país há cinco séculos, e ainda assim são vistos como estranhos, embora tenham nacionalidade e naturalidade portuguesa.

A xenofobia é um fenómeno observável em regiões com uma significativa presença de estrangeiros, incluindo aqueles que não são estrangeiros, mas são considerados como não pertencentes ao país que habitam. A desconfiança, o temor, a antipatia e a rejeição em relação a indivíduos que não pertencem àquela comunidade podem manifestar-se por meio de atitudes preconceituosas ou criação e reprodução de estereótipos. Afirmar, por exemplo, que "latinos são criminosos" ou que "mulheres brasileiras são prostitutas" reforçam características estigmatizantes que permeiam o imaginário coletivo.

O sentimento de nacionalismo pode acarretar comportamentos hostis a determinados grupos étnicos e também a pessoas originárias de outros países, como os migrantes e refugiados, surgindo discursos de ódio veiculados pela internet e propagando-se pela sociedade. Nesse sentido convém esclarecer que estes discursos são as manifestações de "ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias" (Meyer-Pflug, 2009, p. 97). Em sua maioria, discursos proferidos sem nenhuma fundamentação, assumindo uma posição maléfica, com palavras que tendem a intimidar e assediar as pessoas em virtude de sua cor, sua etnia, sua nacionalidade, sexo ou religião transformam-se em um forte potencial para estimular a violência e a discriminação.

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que devido a esta relação já existem pesquisadores que defendem a existência de um "duplo-conceito", o xeno-racismo, que não será possível abordar neste trabalho, devido a brevidade do relatório.

Neste ponto, vemos como o racismo enquanto ideologia e preconceito estão presentes na sociedade. Cabe mencionar que enquanto ideologia viva e arraigada na sociedade, o racismo configura-se como uma teoria prática (Vala, 2015), no sentido em que não se limita a construções teóricas, mas se materializa, na realidade, por meio de ações e estruturas sociais concretas. Assim, está orientado para produzir efeitos tangíveis na sociedade, dificultando a universalidade de direitos e criando obstáculos para que determinados grupos étnicos tenham acesso igualitário aos direitos civis e políticos; no fundo, traduz-se em desigualdades existenciais e de recursos. Importa agora perceber como se manifesta o racismo enquanto prática.

### **3.1.2. O racismo como prática: do racismo estrutural à discriminação individual**

O fenómeno do racismo enquanto prática pode pensar-se tanto a nível da ação individual, no comportamento de grupos e indivíduos, como a nível mais geral ou estrutural, manifestando-se em diversas esferas da vida (como no contexto político, cultural ou económico). Podemos dizer que este tipo de dinâmicas está profundamente enraizado em nossa cultura e permeia diversas instituições e relações sociais. O racismo se manifesta tanto em interações individuais quanto em sistemas e políticas que favorecem determinados grupos em detrimento de outros, facilitando desigualdades históricas e limitando oportunidades.

O racismo estrutural é um conceito que permite falar dessa dimensão prática mais geral do racismo. Refere-se a um sistema em que políticas públicas, práticas institucionais, representações culturais e outras normas trabalham de maneira a perpetuar as desigualdades. Como argumenta Kilomba (2019):

“O racismo estrutural é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e *People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de maneira que privilegia manifestamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes (...)”(p. 77)

É uma forma de racismo que está enraizada e normalizada nas estruturas sociais e econômicas. Uma herança do passado colonial, que aumenta as desigualdades sustentadas ao longo do tempo e em muitas áreas, incluindo educação, habitação, justiça criminal, saúde, acesso a boas oportunidades de colocação profissional. No entanto, há perspectivas de modificar este cenário:

“O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo. Como ensina Anthony Giddens, a estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais”. (Almeida, 2019, p 34)

Uma vez identificado que o racismo estrutural exclui pessoas negras e pardas das estruturas sociais e políticas, pode-se inferir que há pouca representatividade desta população, incluindo os migrantes, em cargos representativos, como no judiciário, cargos na área da medicina, educação superior, área do direito, nos meios e no contexto político, este último, um espaço fundamental em que políticas públicas podem ser implementadas a fim de beneficiar a população racializada. Como destaca Henriques (2016):

"O fato de, ainda hoje, não existir nenhuma correspondência entre o número de negros que vemos na rua e o número de negros em lugares de liderança na sociedade é, no mínimo, surpreendente". (p. 12)

O racismo estrutural está na tessitura social, os preconceitos e as práticas discriminatórias conectam-se de forma direta e diária na vida das pessoas que podem ser alvos, seja no convívio social, no ambiente escolar e na relação entre professor e aluno, bem como no acesso a serviços prestados por entidades públicas.

A nível individual, falamos de formas de discriminação, que estão ligadas à operacionalização e abarcam questões desde o tratamento diferencial a agressões

físicas ou verbais a pessoas percebidas como pertencentes a um grupo distinto (Vala, 2021, p.78). No caso da discriminação racial ou étnica, tal acontece em relação a grupos identificados como pertencentes a outras categorias raciais ou étnicas (embora se possa falar de discriminação sexual, de género, religiosa, entre muitas outras).

Em essência a discriminação consiste em oferecer um tratamento pior a uma pessoa identificada como pertencente a um grupo racialmente diferente em comparação com o tratamento dado a alguém considerado majoritário ou superior (Vala, 2021). As discriminações podem ser também promovidas pelas entidades institucionais, como por exemplo a polícia e o serviço de atendimento a estrangeiros, como destaca Vala (2021):

“(…) percepção de discriminação em Portugal, 23% dos entrevistados com origens africanas consideram já terem sido «mal tratados» no contacto com a polícia. Este valor sobe para 51% quando se trata das respostas de pessoas que se definem como ciganas.” (p. 81)

Cabe ressaltar que a discriminação pode acontecer de forma direta ou indireta, sendo a primeira a rejeição ostensiva a grupos ou indivíduos, dificultando o acesso a serviços, oportunidades de trabalho e hostilidade no tratamento. Por sua vez, a discriminação indireta baseia-se em práticas mais subtis, marcadas pela ausência de intencionalidade (Almeida, 2019)<sup>5</sup>.

A importância em reconhecer e entender a discriminação étnico-racial consiste em identificar a capacidade de se moldarem e manterem disparidades sociais, já que os preconceitos e discriminações podem também se caracterizar através da não-aceitação em determinadas oportunidades de trabalhos, no arrendamento de uma habitação, oposição à naturalização dos imigrantes, preferência por seleção de imigrantes brancos e cristãos (Vala, 2021). Como refere o mesmo autor:

---

<sup>5</sup> Não falamos aqui da discriminação positiva, que consiste na atribuição de tratamento diferenciado a determinados grupos historicamente excluídos, com o objetivo de mitigar os efeitos das práticas discriminatórias, como por exemplo a política de cotas, implementada no Brasil, pelo presidente Luí Inácio Lula da Silva.

“O racismo não é uma mera questão de atitudes negativas entre grupos, não é apenas uma questão de rejeição, nem apenas gostarmos ou não de pessoas porque pertencem a grupos diferentes na cor ou em outras características psicológicas ou físicas não consideradas desejáveis. No centro do racismo está a ideia de inferioridade relativa, dificilmente ultrapassável, de alguns grupos humanos e as relações de dominação envolvidas nesse processo de inferiorização” (p.76)

Esta forma de discriminação tem profundas implicações sociais, econômicas e psicológicas, afetando negativamente as oportunidades e o bem-estar de indivíduos e grupos racializados<sup>6</sup>. Esses processos são sustentados e perpetuados pelo poder histórico, político, social e econômico etnocêntrico, que ao longo da história foi construindo e ainda constrói e define o que deve ser “padrão” (Kilomba, 2019).

Para concluir, reitera-se que o racismo é uma forma estrutural de desigualdade e se expressa através de comportamentos, intencionais ou não. Ao contrário do preconceito racial, que consiste em julgamentos estereotipados sobre pessoas de grupos racializados e que nem sempre levam a discriminação. A discriminação envolve a aplicação de tratamento desigual, nesse sentido está intrinsecamente ligada ao poder, ou seja, a capacidade de exercer controle, o que permite criar situações de privilégio ou desvantagens (Almeida, 2019).

### **3.2. A educação como luta contra o racismo e a xenofobia**

A educação é uma poderosa ferramenta de transformação social, sendo importante no combate ao preconceito e discriminação étnico-racial. Essa função se manifesta tanto em contextos formais, escolas públicas, privadas e universidades, quanto em contextos não-formais, incluindo associações e coletivos culturais. O enfrentamento desses fenômenos começa desde a primeira infância, quando as crianças já percebem as dinâmicas sociais presentes no ambiente escolar.

---

<sup>6</sup> Sujeitos racializados são aqueles que, em contextos sociais e políticos, são definidos e tratados em função de sua raça ou etnia. Esse processo implica que as características físicas e culturais são usadas para categorizá-los, muitas vezes resultando em discriminação (Kilomba, 2019).

O Conselho Nacional de Educação (2020) faz um alerta sobre a importância de trabalhar com a educação anti-racista, pois:

“Nas últimas décadas, de forma consistente e recorrente, estudos em contexto escolar mostram a persistência de discriminação e racismo junto de jovens afrodescendentes e de origem cigana” (p.03)

Diversos fatores perpetuam esses problemas, como a exclusão geográfica, o encaminhamento de alunos afrodescendentes para vias profissionalizantes e a formação de professores com uma "visão relativamente unilateral e acrítica dos livros didáticos, especialmente no que se refere às narrativas em torno da história nacional, da escravidão e do colonialismo" (p. 03). Diante disso, as Orientações de 2020, ressaltam a necessidade de projetos educacionais anti-racistas que promovam os direitos humanos, rejeitem a discriminação e o racismo e fomentem uma visão mais inclusiva e diversa das comunidades e de sua história. Como reforça o CNE:

“A educação é cada vez mais uma ferramenta de defesa contra o aumento da violência, racismo, extremismo, xenofobia, discriminação e intolerância” (CNE, 2020, p. 04).

Roldão (2019) corrobora com essa visão e reforça que é essencial "pensar em estratégias pedagógicas concretas para a promoção de uma educação antirracista" (p.2), como forma de trabalhar as relações étnico-raciais, o racismo e a cidadania nas disciplinas escolares.

Nesse sentido, é crucial distinguir a educação intercultural da educação anti-racista. A educação intercultural refere-se ao reconhecimento e valorização de diferentes culturas, e pressupõe, segundo Cortesão & Pacheco (1991): “A igualdade de oportunidades em educação através do conhecimento/reconhecimento de cada cultura, garantindo através de uma interação crescente o seu enriquecimento mútuo.” (p. 33)

Como esclarece Araújo (2018), em Portugal o racismo institucional<sup>7</sup> e as lutas anti-racistas têm sido ignoradas em favor de uma abordagem (inter)culturalista da diferença. De acordo com a pesquisadora, esta é uma estratégia superficial e de pouco alcance frente aos complexos desafios da diversidade e do racismo. O mais adequado, diante do exposto, é atuar diretamente nos problemas mais intrínsecos, assumindo a importância de abordar o tema em questão e em defesa de uma educação anti-racista. Como esclarece:

“(..) embora seja comumente sugerido que houve uma lenta apropriação dos debates sobre diversidade e imigração desde o início dos anos 1990, os organismos públicos e a academia têm tacitamente ignorado o racismo institucional e as lutas anti-racistas, a favor de uma abordagem (inter)culturalista da diferença que tende a evadir raça enquanto relação de poder. Esta é uma escolha política, não um lapso ou esquecimento.” (p. 28)

Freire (1967), em *Pedagogia do Oprimido*, tece reflexões que vão ao encontro das orientações para uma educação anti-racista, do Conselho Nacional de Educação (2020), ao discorrer sobre a importância de uma educação como prática libertadora, outorgando à mesma um papel fundamental para diminuir a opressão. O autor argumenta que "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (p. 50), deste modo, o impacto de medidas e projetos anti-racistas e sobre pessoas migrantes exercem na formação dos indivíduos um papel fulcral, para jamais se permitir tolerar o intolerável (Popper, 1947).

Nesse sentido, as recomendações do Conselho Nacional de Educação (2020) apresentam sugestões estruturais para mitigar estes fenômenos tais como assegurar que os governos reavaliem os planos setoriais, os orçamentos, currículos e materiais didáticos (incluindo os manuais) ou a inclusão da disciplina “Educação

---

<sup>7</sup> De acordo com Kilomba (2019), o racismo não existe apenas enquanto fenômeno ideológico, opera também em ambientes institucionais, portanto, o racismo institucional está presente nas esferas educativas, no contexto político, no mercado de trabalho, entre outros. Além disso, a autora defende que “o racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação aos sujeitos racializados” (p. 78)

para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos” em todos os níveis de ensino.

É importante também destacar o papel dos manuais escolares, especialmente porque algumas editoras ainda mantêm um olhar acrítico em relação às orientações, como aponta Henriques (2018):

“ (...) nos manuais escolares a menina branca não tem que lidar com qualquer ausência de representatividade que a inspire, mas uma menina negra se debate com representações que a colocam em lugares de subalternidade, em posições discriminatórias e estereotipadas - logo, desumanizadas.”  
(p.109)

A ausência de uma visão voltada para a educação anti-racista por parte de algumas editoras contribui com as desigualdades existenciais dentro do ambiente escolar, sendo este um outro aspeto importante a ser considerado.

De acordo com Bourdieu (1999), o sistema escolar não facilita a mobilidade social de alunos menos favorecidos, pois tende a reforçar a cultura das classes sociais mais privilegiadas. Barbosa (2021) corrobora da mesma visão ao argumentar que, embora a educação devesse exercer um papel transformador, na prática, o que se observa é uma apatia diante desses fenômenos e a mera reprodução de conhecimentos:

“A educação tem um poder transformador formidável. No entanto, muitas vezes, ela acaba reproduzindo os problemas da sociedade ao invés de promover a reflexão deles e mais ainda, falha na missão de formar cidadãos comprometidos em buscar as soluções para tais problemas” (p.498).<sup>8</sup>

Nesse contexto, serão apresentadas experiências educacionais anti-racistas e de acolhimento à população imigrante, tanto no âmbito formal quanto no não formal, que demonstraram resultados positivos nas regiões de Lisboa e Setúbal.

---

<sup>8</sup> É pertinente enfatizar que o conhecimento crítico pode funcionar como um escudo contra o que Fanon (2008) descreve como o preconceito de cor, que persiste no inconsciente coletivo, contribuindo para a diminuição da autoestima de crianças e jovens não-brancas, insucesso e abandono escolar.

### 3.2.1. Experiências e ações institucionais na educação formal

A educação em um sentido *lato* visa desempenhar um papel crucial no desenvolvimento intelectual, social e emocional dos indivíduos. As experiências e ações institucionais dentro desse contexto são elementares para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo. As instituições educacionais, ao assumirem a responsabilidade de implementar projetos e práticas que abordem a diversidade e combatam a discriminação, estarão contribuindo com a sociedade, ao conseguirem englobar aspetos críticos sobre a história das ex-colónias portuguesas e africanidades. O Relatório da ECRI sobre Portugal (2018) faz recomendações importantes:

"A ECRI exorta as autoridades a reforçar e tornar obrigatória a educação para os direitos humanos e a igualdade e a repensar também o ensino da história e, em particular, a história das ex-colónias. (...) As autoridades deveriam ainda melhorar os manuais escolares seguindo estas linhas de orientação e prosseguir e reforçar as medidas para sensibilizar a sociedade no seu todo para o racismo." (p. 21).

O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatório defende a inclusão de todos os alunos ao longo do percurso escolar, reconhecendo a diversidade socioeconómica e cultural presente nas escolas públicas. Para evitar qualquer forma de discriminação ou exclusão, o perfil enfatiza a importância de valorizar o respeito pela dignidade humana, o exercício pleno da cidadania, a solidariedade e a diversidade cultural, além de rejeitar todas as formas de discriminação e exclusão social. (Ministério da Educação, 2017)

Para além da importância de assumir a necessidade de melhorar os manuais escolares e ter um olhar sobre a importância de uma educação inclusiva, tem-se vindo a intensificar um fenómeno importante no contexto educacional português: as migrações. Tal contribui para um aumento da diversidade cultural e étnica de um país, sendo um traço que caracteriza as sociedades contemporâneas, no contexto de Portugal, pode-se afirmar que o país deixou de ser um país de emigrantes para ser na atualidade um país de imigrantes. De acordo com o Censos de 2021,

“residiam em Portugal 542.165 pessoas de nacionalidade estrangeira, representando 5,2% do total da população residente” (p.03).

Com o aumento de pessoas de outras nacionalidades em Portugal, há também um aumento destas presenças nas escolas básicas e nas universidades, podendo acarretar em tensões entre os estudantes<sup>9</sup>.

Manifestações hostis a determinados grupos se apresentam incompatíveis com o respeito à dignidade humana, sobretudo em ambientes que têm como base a busca pelo conhecimento, como as escolas e universidades. Identificar o que impulsiona estas tensões, pode ser um ponto de partida para que estes acontecimentos não se tornem cotidianos.

Para diminuir as práticas discriminatórias no contexto escolar, Freire afirma:

“(…) que é preciso promover uma outra educação, pelo fato de que "problematizar essa realidade, desmascarar os mecanismos da subalternização só é possível através de uma educação libertadora, que não esteja sob o controle dos opressores” (2005, p.67)

Além disso, iniciativas que promovam a conscientização sobre questões sociais, como o racismo, xenofobia, misoginia, islamofobia, ciganofobia, ajudam a formar cidadãos críticos e engajados. Experiências educacionais como atividades extracurriculares inclusivas e currículos diversificados, desempenham um papel essencial na preparação dos estudantes para uma sociedade crescentemente pluriétnica.

A Revista Medi@ções realizou uma edição sobre educação (anti)racista: Que políticas, práticas e perspectivas<sup>10</sup>? Nesta edição é possível conhecer projetos que tiveram como objetivo combater o racismo e desigualdades étnico-raciais, cujas principais ideias serão apresentadas a seguir.

O projeto colaborativo e de investigação, realizado em uma escola pública de Setúbal, demonstrou a relevância das ações institucionais. Na disciplina de História,

---

<sup>9</sup> Um exemplo disto é a reportagem publicada pelo jornal Expresso, que destaca uma pichação com teor xenófobo e racista, contra estudantes universitários, contra estudantes negros africanos e brasileiros. A pichação expressa os dizeres: "Morte aos pretos, por uma faculdade branca", "Portugal é um país branco", "Pretos de merda voltem para onde vieram", "Não vos queremos cá" ou "Zucas, voltem para as suas favelas", (...). Antunes, C. (2020, 30 de outubro).

<sup>10</sup> *Educação (anti)racista: Que políticas, práticas e perspectivas?* (Vol. 7, Nº 2, 2019) <https://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/issue/view/20>

seis turmas do 9º ano e três docentes de História assumiram um papel de protagonismo, o objetivo era desconstruir a ideia propagada pelo cientista social brasileiro, Gilberto Freyre, acerca do luso-tropicalismo, através da construção de um guião semiestruturado, entrevistas com os familiares dos alunos e elaboração de um produto final. O resultado do processo pedagógico culminou no lançamento do livro *Mano Preto, Mano Branco: Uma estratégia pedagógica na disciplina de História*, livro que foi amplamente divulgado na região de Setúbal.

Outra experiência realizada no seio da educação formal foi o projeto piloto de educação anti-racista feito pela professora Ariana Furtado e a DJASS - Associação de Afrodescendentes, com o título “Com a mala na mão contra a discriminação - uma viagem pela história dos nossos direitos”. De acordo com uma das idealizadoras do projeto, o mesmo foi criado:

“(…) para abordar assuntos urgentes, polémicos, mas também vitais, como colonialismo, eurocentrismo, escravatura, discriminação e racismo, frequentemente ausentes no currículo escolar oficial”. (Furtado, 2019, p.07)

A iniciativa foi desenvolvida numa escola em Lisboa, e desde o princípio estabeleceu um compromisso com a formação de crianças mais conscientes e solidárias, com base em princípios da educação popular, educação não-formal e com a participação ativa dos alunos. De acordo com uma das autoras, o projeto teve como objetivos gerais:

“Fazer entender o racismo como uma violação dos Direitos Humanos, apresentar e aprofundar os Direitos Humanos e os direitos das crianças como conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania. Os objetivos específicos foram: Combater a falta de discussão sobre o racismo estrutural na sociedade portuguesa de forma didática e fundamentada nas escolas (...) exercitar valores humanos e morais baseados na fraternidade, criatividade, liberdade, respeito, pensamento crítico, luta por direitos e coexistência, aborda a não-discriminação, o combate ao racismo e à intolerância”. (Furtado, 2020)

O projeto assenta em teorias importantes, uma delas de Paulo Freire (1996), que defende a autonomia do indivíduo e sua capacidade de produzir cultura e história. O mesmo foi desenvolvido para promover a educação anti-racista e potencializar a aprendizagem para a tomada de consciência sobre cidadania, tolerância e respeito entre diversas culturas.

Em 2022, a Câmara de Lisboa aprovou a elaboração do Programa Municipal para uma Educação Anti-racista, Intercultural e para os Direitos Humanos, cujos projetos serão implementados em 2024. Entre os projetos a serem executados no âmbito do Programa, destaca-se o projeto apresentado<sup>11</sup> anteriormente.

A justificativa para a implementação do Programa em Lisboa, conforme noticiado, é a seguinte:

“(…) os CPL<sup>12</sup> justificaram a proposta com o ‘crescimento visível de discursos populistas e radicais que promovem o racismo, a xenofobia e a desigualdade’, defendendo que, ‘para os combater, há, desde logo’, que começar pela promoção de valores de diversidade e de diálogo intercultural nos estabelecimentos de ensino e junto dos mais jovens”. (Silva. T, 2022)

A implementação deste Programa representará um passo importante na luta contra as desigualdades, focando em uma educação que privilegia a diversidade, o respeito mútuo e os direitos humanos desde o início da formação escolar.

### **3.2.2 O papel da educação não-formal**

Quando se pensa em educação como uma das formas de combater fenómenos como o racismo e xenofobia, logo pensa-se na educação formal a partir do trabalho desenvolvido pelos profissionais de educação das escolas públicas, privadas e das universidades, que são instituições regulamentadas por lei,

---

<sup>11</sup> Silva. T. (2022, 26 de Julho) Lisboa vai ter programa antirracista nas escolas. Projeto piloto propôs-se a confrontar “história oficial com a realidade”  
<https://observador.pt/2022/07/26/lisboa-vai-ter-programa-antirracismo-nas-escolas-projeto-piloto-prop-os-se-a-confrontar-historia-oficial-com-a-realidade/>

<sup>12</sup> Cidadãos por Lisboa - Associação política que existe desde 2007, foi constituída formalmente em 2021 para defender e intervir politicamente nas questões que aflige a cidade.

entretanto as associações também desenvolvem um trabalho no âmbito da conscientização e reflexão crítica sobre estes temas. Segundo Gadotti,

“A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem” (2005, p. 6)

O formato de ensino e aprendizagem não formal é mais flexível e adaptável à heterogeneidade dos educandos, permitindo, por exemplo, a formação conjunta de crianças, jovens e adultos em um mesmo grupo, o que favorece um contexto propício para múltiplas aprendizagens. A prática de educar e compartilhar saberes não precisa restringir-se ao ambiente escolar ou universitário. O contexto de educação não-formal se apresenta como uma oportunidade mais acessível para cidadãos que enfrentam dificuldades em acessar o sistema formal de ensino ou que já concluíram os estudos obrigatórios.

O próprio termo “educação não-formal” tem sido alvo de críticas, pelo fato de conotar menor importância que a educação formal, fato que não coincide com a realidade:

“Compreende-se que a educação não-formal, ao contrário do que dizem muitas teorias, possui uma linha metodológica e um planejamento a ser aplicado. Entretanto há flexibilidade tanto no tempo e espaços a ser executada. Pode ser desenvolvida em outros espaços, diferentes (...). E o tempo é algo muito valorizado já que tem como princípio respeitar as diferenças e a capacidade de cada um”. (Santos, 2014, p.32-33, como citado em Ferreira, 2021, pp. 32-33)

Gohn (2014), comunga da mesma visão que Santos (2014), ao argumentar que a educação não-formal se desenvolve fora dos muros escolares, “nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos

humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais" (p. 41).

Este estilo de educação adentra inúmeros ambientes, com múltiplas possibilidades para se alcançar os resultados esperados. Essa modalidade educacional detém a capacidade de se adaptar a diferentes contextos e necessidades, proporcionando uma educação mais inclusiva e acessível a todos. Além disso, aliada à educação formal, desempenha um importante papel na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Na esteira da educação não-formal tem-se o GRUPO EducAR<sup>13</sup>, que é uma plataforma de educadores anti-racistas, com propostas de ações no âmbito da educação não-formal e na área da cultura, desenvolvem projetos, laboratórios, congressos e *workshops* para sensibilizar a população e profissionais que se interessem pela educação anti-racista.

A flexibilidade e a abrangência da educação não-formal fazem dela um instrumento importante para promover reflexões e aprendizagens voltadas ao combate à discriminação e preconceito, atuando diretamente nas comunidades mais carentes e fomentando o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Em termos de ações políticas no âmbito deste modelo de educação, tem-se o Programa Escolhas<sup>14</sup>, que está na nona geração e que pretende auxiliar e promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis, incluindo migrantes e minorias étnicas. Através de um edital público, as associações inscrevem suas propostas, e após a aprovação, desenvolvem atividades educativas e culturais, bem como o desenvolvimento de competências, destinados a jovens dos 6 aos 25 anos.

Um eixo importante do Programa Escolhas é a alínea F, que declara a importância da criação de projetos para "a Igualdade e não discriminação – a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação designadamente em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de

---

<sup>13</sup> Fruto do I Ciclo de Encontro de Educadores Antirracistas, realizado entre outubro de 2018 e maio de 2019 em Lisboa, e tem como principal objetivo: (re)pensar a Educação dentro e fora da escola com um compromisso antirracista a partir da realidade social portuguesa e do seu diálogo com experiências africanas e brasileiras. Grupo EducAR. (n.d). Disponível em <https://grpeducar.wordpress.com/inicial/>

<sup>14</sup> Instituto Português do Desporto e Juventude. (n.d.). *Programas Escolhas*. Disponível em <https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>

género, características sexuais, origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, idade e deficiência" (Instituto Português do Desporto e Juventude).<sup>15</sup> Os projetos são inicialmente inscritos no edital e, em seguida, submetidos à análise de um júri. Aqueles que obtiverem maior qualificação serão aprovados para execução em regiões espalhadas pelo país. Cada projeto exige a duração de três anos, em sua grande maioria desenvolvidos em regiões com alto índice de vulnerabilidade social.

As atividades desenvolvidas pelas associações, por ocorrerem fora do sistema tradicional de ensino escolar, são caracterizadas pela flexibilidade nos métodos e conteúdos. Tal abordagem visa potencializar a aprendizagem ao transpor os limites do espaço interno e ocupar os territórios onde estão inseridas. Dessa forma, abrem-se oportunidades para trocas de experiências, reflexões e aprendizagens práticas, como *workshops*, debates, rodas de conversa, visitas guiadas, como por exemplo a associação Batoto Yetu, que promove visitas guiadas para “dar a conhecer a africanidade de Lisboa, dispersa numa pluralidade de memórias e de vestígios visíveis e invisíveis nos dias que vivemos.” (Site Batoto Yetu)<sup>16</sup>.

Outro exemplo é o Projeto Academia de Saber, que visa promover a inclusão e combater preconceitos raciais através de atividades como aulas de língua portuguesa para imigrantes, *workshops* de capacitação e encontros. Esta iniciativa foi idealizada pela Associação Renovar a Mouraria, em Lisboa. Outro projeto a ser destacado é o Radika – que “trabalhou a educação anti-racista, através de formações dirigidas a crianças do primeiro ciclo e de uma campanha nacional de sensibilização e consciencialização” (Renovar a Mouraria, s.d.). Um dos frutos deste projeto foi a campanha disponível em formato de vídeo, na plataforma *youtube*<sup>17</sup>:

“Chama as coisas pelos nomes” pretende apelar a uma posição ativa de compreensão e denúncia do racismo estrutural e suas manifestações quotidianas. Existe (ainda) um enorme desconforto em identificar e nomear agressões racistas, um

---

<sup>15</sup> Instituto Português do Desporto e Juventude. (2024, 17 de maio). *Programa Escolhas*. Disponível em: <https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>.

<sup>16</sup> Batoto Yetu. (n.d.). *Visitas guiadas: A presença africana em Lisboa*. Disponível em <https://batotoyetu.pt/visitas-guiadas-presenca-africana-lisboa-batoto-yetu-portugal/>. Acesso em: 30 ago.2024.

<sup>17</sup> Renovar a Mouraria. (n.d.). Chama as coisas pelos nomes (Vídeo). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Utr2l6Af-pA>

receio de chamar as coisas pelos nomes: Portugal é uma sociedade estruturalmente racista” (Renovar a Mouraria, n.d.).

A educação não-formal promovida por associações e coletivos culturais pode contribuir para o enfrentamento do racismo e a xenofobia, por vezes a educação não formal adentra os contextos formais de educação, como por exemplo o projeto “Radika”, através de atividades bem delineadas e executadas por profissionais qualificados. Conforme reflete Gadotti (2005), "a educação ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida, os processos de aprendizagem não-formais" (p.08), demonstrando que essas iniciativas visam andar de mãos dadas e complementar a formação em contexto escolar, de modo a promover uma conscientização mais profunda acerca destes fenómenos.

É relevante destacar outra tipologia, a educação informal, esta, por sua vez caracteriza-se por aprendizagens não planeadas previamente, que ocorrem em diversos contextos sociais e possuem um potencial educativo. Trata-se de um processo espontâneo e contínuo, resultante de experiências diárias, interações sociais e atividades do cotidiano, de acordo com Canário (2006) é uma forma “pouco ou nada organizada ou estruturada” (p.197).

#### **4. Atividades desenvolvidas**

O estágio no Observatório do Racismo e Xenofobia foi realizado no período de 30 de Março a 30 Julho de 2024, com o total de 350 horas exigido num estágio curricular, e foi cumprido com um horário semanal no período da manhã, de segunda a sexta-feira, das 09 às 13 horas, em regime híbrido, online-presencial, pois o Observatório, por ser uma instituição que foi fundada em 2023, ainda não dispõe de uma sede própria. As atividades realizadas foram desenvolvidas no espaço em que hoje é acolhido o Observatório, no CEDIS, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Direito, Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1900-032 Lisboa. O objetivo foi trabalhar em uma perspectiva que unisse a teoria à prática.

O racismo e xenofobia em Portugal, assim como em outros países, são uma realidade proeminente. O Observatório foi fundado para, juntamente com outras associações, propor estudos e projetos que tenham por objetivo diminuir estes fenómenos na sociedade portuguesa. Considerando que a educação pode

desempenhar um papel transformador, fui aceite na Instituição com o objetivo de aplicar, sempre que possível, os conteúdos estudados ao longo do Mestrado em Estudos de Educação, criando uma ponte de diálogo com as minhas experiências em contexto escolar e nas associações, das periferias da cidade de São Paulo (Brasil).

Conforme a apresentação da entidade, o observatório tem um ano e seis meses de existência, por essa razão pode-se considerar que se trata de uma nova entidade que se encontra em fase inicial de estruturação. Diante do exposto, e no intuito de responder aos objetivos do estágio, as tarefas desempenhadas foram:

1. Realização de duas atividades de conscientização em associações, estruturadas na forma de roda de conversa e debate. Essas atividades contaram com a participação de profissionais das áreas de educação e sociologia, ativistas dos movimentos negro e migratório. O objetivo dessas iniciativas foi o de abrir e fomentar espaços para diálogo e sensibilizações fora do ambiente académico, de modo a abordar os fenómenos que constituem a base do trabalho na entidade. Tais atividades contribuíram para gerar reflexões sobre possíveis estratégias para enfrentar os fenómenos em causa.
2. A análise de dois manuais escolares do 2º ciclo (6º ano) nas disciplinas de Português e Estudo do Meio, Geografia e História de Portugal, com o objetivo de realizar uma avaliação crítica em termos de representatividade, etnia, discriminação e questões de género. Um dos objetivos foi refletir sobre o tratamento dado a esses temas, observando, tanto nas imagens quanto nos textos, quais escritores foram destacados, se há a presença de pessoas de diferentes etnias e, caso afirmativo, de que maneira são representadas. Essa análise constitui uma etapa preliminar para que o Observatório possa identificar recursos e promover estudos aprofundados com vistas a materiais didáticos mais inclusivos.
3. Breve levantamento de algumas entidades que apoiam a população migrante e afrodescendente em Portugal no combate ao racismo, com o intuito de fazer

parcerias e realizar atividades abertas para a população. O contributo desta tarefa serviu para auxiliar a entidade no processo de construção de parcerias, que poderá contribuir para se firmar como uma instituição relevante na luta contra o racismo e xenofobia em Portugal.

4. Colaboração geral com o Ciclo de Conversas. Primeiro ciclo de atividades aberto ao público, e também com a opção *on-line*, as sessões do Ciclo tiveram início em Outubro de 2023, e ocorriam na sala 7 da School of Law, em Lisboa.

Nos pontos seguintes, apresenta-se cada atividade desenvolvida mais detalhadamente.

#### **4.1 Análise de manuais escolares**

Uma das atividades desenvolvidas em conjunto com a orientadora da entidade foi a análise de manuais escolares, com o objetivo de identificar estereótipos e preconceitos. Além disso, essa análise foi relevante para compreender como os manuais representam a população negra e migrante, considerando que tais representações podem constituir um obstáculo à mitigação do racismo, bem como de preconceitos e práticas discriminatórias no contexto escolar. Conforme defende a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI):

“(…) As autoridades deveriam ainda melhorar os manuais escolares seguindo estas linhas de orientação e prosseguir e reforçar as medidas para sensibilizar a sociedade no seu todo para o racismo.” (p. 21).

De acordo com Vala (2021), o “racismo é uma configuração ideológica que atravessa os diferentes setores sociais” (p. 70), podendo afetar também a forma como os conteúdos didáticos são trabalhados nos manuais.

Para esta análise documental, foi necessário descrever e interpretar as informações presentes nos manuais, com o intuito de identificar as mensagens subjacentes às palavras, (Severino, 2007).

O manual didático é amplamente utilizado por profissionais da educação em contexto escolar, especialmente em regiões mais empobrecidas (Munanga, 2005),

sendo considerado um instrumento essencial no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem. Por isso, torna-se necessária a reflexão crítica sobre os conteúdos abordados e a forma como são apresentados, a fim de evitar o reforço de estereótipos relacionados a determinados grupos étnicos e contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade e promova a equidade racial.

Em colaboração com duas profissionais do Observatório, optámos por seleccionar um manual da editora Porto, devido à sua visibilidade e ampla distribuição. Em contraste, a editora Raiz, com menor visibilidade, despertou nosso interesse para uma análise de seu manual didático, justamente por não ser amplamente reconhecida. A escolha dos manuais de História e Geografia de Portugal e de Português teve como finalidade abranger conteúdos primordiais na formação das percepções dos alunos sobre identidade, história e linguagem. Assim, os manuais foram escolhidos com o objetivo de cobrir áreas-chave da educação básica, permitindo uma análise mais abrangente do conteúdo pedagógico oferecido aos educandos.

O primeiro manual foi selecionado pelo seu foco numa componente central do currículo escolar, a língua portuguesa, essencial na formação da identidade cultural e linguística dos alunos. Como manual de primeira edição, ele oferece uma perspectiva atual sobre as abordagens pedagógicas e as escolhas editoriais no que tange à promoção da diversidade e ao tratamento das questões étnico-raciais no ensino da língua.

O segundo manual foi escolhido por seu papel central na formação do entendimento dos educandos sobre a história nacional e as identidades culturais. Esse campo é particularmente relevante para a análise de como as narrativas históricas abordam a diversidade étnica e tratam questões relacionadas ao racismo e à xenofobia. O foco da análise consistiu em examinar como a população negra e migrante foram retratadas, identificando possíveis marcas de preconceito ou estereótipos subjacentes às narrativas e ilustrações apresentadas. Os tópicos definidos foram: racismo, etnia, género e imigração.

### Quadro 1. Apresentação das obras analisadas

Ano de Publicação	Título	Disciplinas	Ciclo	Autores	Editora	Edição	Conteúdos analisados
2017	Volta e Meia 6	Português	2º ciclo 6º ano	Rita Mendes Sónia Costa	Raiz	1ª edição	-Representatividade e textos de autores negros pertencentes a países PALOPs
2017	História e Geografia de Portugal	História e Geografia de Portugal	2º ciclo 6º ano	Fátima Costa, António Marques, Cláudia Pinto Ribeiro	Porto	1ª edição	-Representatividade (ou não) da população negra  - Representação visual em forma de imagens

A metodologia mais adequada para a análise é de natureza qualitativa, uma vez que essa abordagem permite compreender e interpretar as representações presentes nos manuais escolares.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o trabalho ancorou-se na análise documental por ser este o método de coleta de dados mais apropriado para o contexto, pois as informações foram obtidas a partir de fontes materiais previamente existentes. Como descreveu Severino:

“A análise documental é uma metodologia de análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações” (2007, p. 95)

No processo de tratamento e análise das informações contidas, buscou-se descrever, examinar e interpretar as mensagens transmitidas por meio dos diferentes discursos, como textos e imagens, com o objetivo de revelar o que está implícito nas palavras e além delas (Severino, 2007).

No manual de Português, merece destaque a parte reservada para demonstrar o trabalho de expressão literária de escritores da diáspora africana. No que diz respeito a esses escritores, pode-se destacar alguns trabalhos, como a obra "São Meus Estes Rios"<sup>18</sup> (p. 208) do escritor angolano Manuel Lima, em que demonstra expressões de sentimento de pertença e identificação com a sua terra natal, Angola. Há um glossário para esclarecimentos sobre o vocabulário, essa seção do manual é importante para a compreensão da variante da língua portuguesa falada em África, como por exemplo, há explicação sobre o significado da expressão "quissange". A inclusão dessa obra evidencia a valorização da produção literária angolana.

O manual traz a contribuição da professora e militante Alda do Espírito Santo, nascida em São Tomé (p. 207). O livro destaca a informação de que ela lutou pela independência de seu país. Na seção intitulada "*Sabias que...*", menciona-se também que a escritora foi perseguida durante o período ditatorial, devido à sua atividade política. Os elementos apresentados são importantes para se refletir sobre a atuação política de resistência contra os regimes ditatoriais. São apresentados textos do escritor brasileiro Manuel Bandeira, como o "Trem de Ferro" (p. 203), e do escritor, jornalista e diplomata brasileiro Ribeiro Couto, com o poema "Café".

É interessante notar que a mulher negra aparece representada no texto da escritora Alda do Espírito Santo, (p. 207), "Lá no Água Grande"<sup>19</sup>, um poema escrito em versos livres, com linguagem simples e direta. O manual oferece uma importante reflexão sobre as variáveis da língua portuguesa, ao esclarecer que a língua portuguesa é falada em vários países do mundo e assume diferentes variedades europeias, africanas e brasileiras (p. 205).

Em termos de representatividade de gênero, há uma desproporção, com maior destaque para escritores do sexo masculino, em termos de representatividade feminina têm-se seis escritoras, cinco de nacionalidade portuguesa e uma escritora angolana. Além disso, nos textos e nos exercícios não há representação da

---

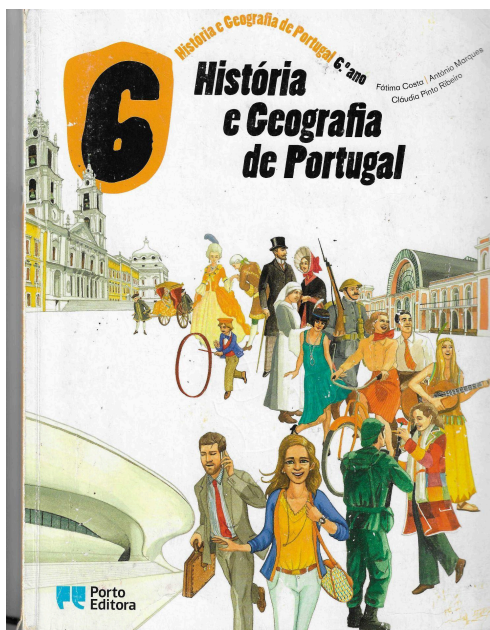
<sup>18</sup> Lima, M. (s.d). Escritos. org. <https://www.escritos.org/pt/t/7121/sao-meus-estes-rios>

<sup>19</sup> Espírito Santo, A. (n.d). *Lá no Água Grande. Lusofonia Poética*. Espírito Santo, A (n.d) <https://www.lusofonipoetica.com/sao-tome-principe/alda-espirito-santo/poemas>

população migrante. O manual não apresenta expressões preconceituosas nem reproduz estereótipos em relação à população negra e migrante, também não aborda criticamente questões raciais, de imigração ou de diversidade.

Um aspeto observado é que são apresentados os trabalhos de dez escritores de língua portuguesa, seguidos por quatro ingleses, dois franceses, um britânico, um americano e dois alemães; foram incluídos os trabalhos de dois escritores brasileiros, de um angolano, um cabo-verdiano e uma escritora são-tomense.

No segundo manual de História e Geografia de Portugal, nota-se uma capa que demonstra a evolução da sociedade portuguesa ao longo dos séculos. O que se pode notar é a falta de representatividade de outros grupos étnicos, como a população negra e cigana, invisibilizando essas populações, presente há tantos anos em Portugal.



**Figura 1** - Capa do manual didático, 1ª edição

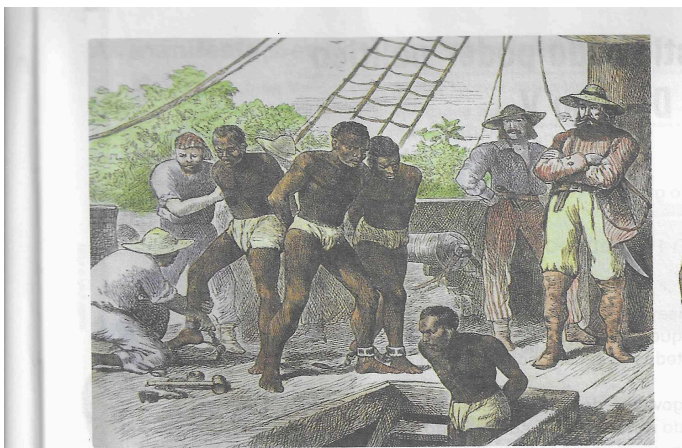
**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto, 2017

Importa, no capítulo I observar o título: “O império Português, o poder absoluto, a sociedade e a arte do século XVIII”, em que mostra a escravização e a exploração das riquezas do continente africano e do Brasil. Os colonizadores portugueses são representados por homens brancos e com armas, enquanto os homens negros estão de cabeça baixa, numa situação de subserviência ou

acorrentados (Anexo 1). O manual poderia apresentar uma caracterização mais precisa dos escravos, mostrando que não foram sujeitos passivos diante da escravidão. Em certos momentos da história colonial, homens e mulheres escravizados organizaram movimentos de resistência, como a formação de quilombos, que representavam formas ativas de luta e resistência. No entanto, o texto limita-se a destacar essas ações como meras fugas, conforme exemplificado no trecho: “muitas vezes fugiam para o sertão (interior) do Brasil e procuravam formar comunidades livres” (p. 15).

Em nenhuma das explicações há referências que destaquem a importância dos movimentos de resistência à escravização da população negra durante o período colonial. Além disso, a ausência de menções aos líderes das populações escravizadas que lutaram contra os regimes de opressão, como Zumbi dos Palmares, Rainha Nzinga Mbande, Rei Amador, Kimpa Vita, José do Patrocínio, Luís Gama, entre outros, pode resultar em um apagamento significativo da história. Seria oportuno observar se informações como estas estão descritas nos manuais dos anos letivos subsequentes.

Assume-se como essencial refletir sobre as escolhas lexicais feitas pela editora. O manual, por exemplo, refere-se à população negra escravizada como escravos, como ilustrado na Fig. 2 (p.15), cuja legenda é 'O transporte de escravos':

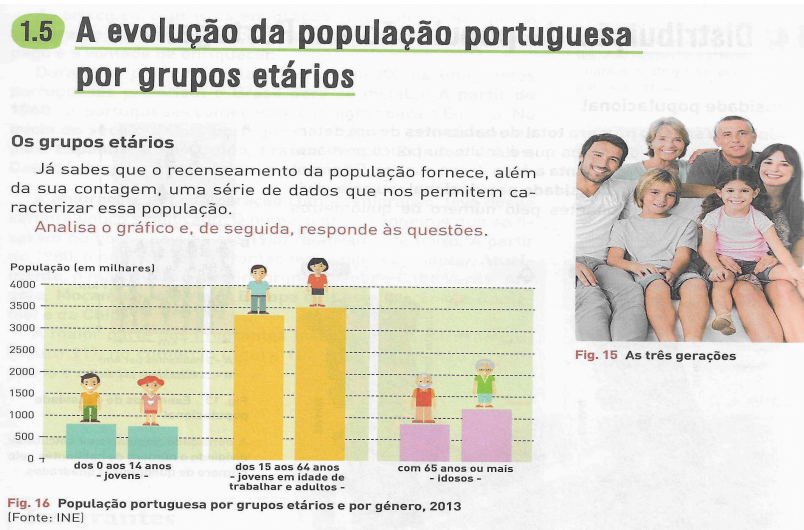


**Figura 2** - O transporte de escravos, História e Geografia de Portugal,

**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto, 2017

Já no que diz respeito às imagens que visam ilustrar a população portuguesa, notou-se prioritariamente a representação por homens e mulheres brancas. Na fig. 4

(p.166), para ilustrar a “Evolução da população portuguesa por grupos etários”, há a imagem de uma família que inclui três gerações, todo o núcleo familiar composto por pessoas brancas, não existindo, por exemplo, a representatividade de uma família imigrante e/ou portugueses de pele negra. Em todas as imagens analisadas não foram encontradas representações de famílias ou pessoas negras e migrantes. A população negra é apresentada no período colonial e posteriormente reaparece no manual na condição de migrante ou em situação de vulnerabilidade social, como apresentadas nas figuras 6 e 7.



**Fig. 3.** As três gerações

**Fig 4.** População portuguesa por grupos etários e por género

**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto, 2017

Também na fig. 05 (p.167), na representação de crianças no jardim de infância, surgem apenas crianças brancas e de cabelos lisos, o que contrasta com a crescente diversificação das origens dos alunos.



**Figura 5** -Jardim de infância

**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto, 2017

No entanto, a representação de um homem sem-abrigo é de uma pessoa de pele negra, fig. 15 (p. 173).



**Figura 6** “Um sem-abrigo”

**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto,2017

A construção identitária de um cidadão se constrói na relação com o outro, e também como argumenta Roldão, "Representatividade é um aspeto de enorme importância" (2022, 10:56). Isso é verdade tanto nos primeiros anos de vida escolar quanto ao longo de todo o percurso educativo, incluindo ambientes de educação não-formal, na interação com a família e com a sociedade de um modo geral, por

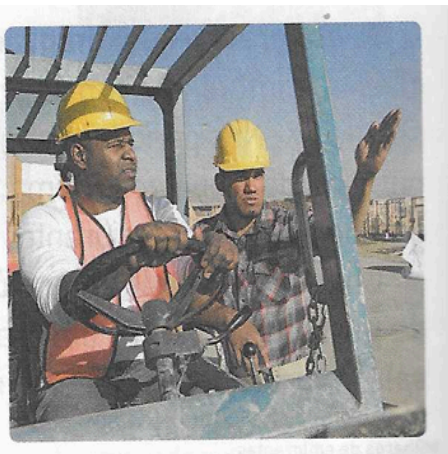
isso torna-se urgente a revisão dos conteúdos e como são trabalhados nos manuais escolares, para não reproduzir imagens e textos que apenas perpetuam estigmas em relação a população negra, a exemplo da figura 15, e em certo grau a invisibilidade da população migrante, como destaca Bento (2006):

“Sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo, as conquistas importantes no campo das artes, das ciências, as crianças negras têm muita dificuldade em formar uma imagem positiva de seus iguais”. (p.45)

Roldão (2022) reforça a importância de ensinar a história sob várias perspectivas:

“As críticas ao eurocentrismo e ao racismo estrutural nos manuais de história, embora escassas, não são novas: temo-las em pesquisas (...), em recomendações nacionais (Conselho Nacional de Educação, 2020) e internacionais (ECRI, 2016 e 2018 e ONU/Afrodescendentes, 2021), assim como nas reivindicações públicas do movimento negro (como a Carta de coletivos afrodescendentes e antirracistas à CERD/ONU, 2016)” (Roldão, 2022).

Na página 164, reforçam o estereótipo de que negros e imigrantes detêm trabalhos que exigem menor qualificação, colocam entre parentêses que são trabalhadores imigrantes:



**Figura 7** - Empregados da construção civil (imigrantes)

**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto, 2017

Esse estereótipo é reforçado quando, na página 194, a reunião de uma empresa de telecomunicações apenas mostra profissionais de pele branca:



**Figura 8** - Reunião em videoconferência

**Fonte:** História e Geografia de Portugal, Editora Porto, 2017

O manual escolar de língua portuguesa foi eficaz no sentido de dar espaço para obras de autores dos países PALOPs, ao passo que o manual de história perdeu oportunidades de inserir informações que pudessem evidenciar os movimentos de luta da população escravizada, e além de não ter evidenciado ao longo do livro a população multicultural que vive no país, há figuras ilustrativas que priorizam pessoas brancas para representar a população portuguesa. A editora Porto não esteve atenta às recomendações da ECRI, que defende “a necessidade de as autoridades melhorarem os manuais escolares, com o objetivo de reforçar as medidas para sensibilizar a sociedade para as questões do racismo.” (2018, p. 21).

A análise dos manuais foi apresentada durante uma reunião online, a qual a equipa considerou a análise do manual de história e geografia importante para futuras investigações sobre manuais escolares mais recentes, das mesmas disciplinas, dependendo da disponibilidade de verba.

#### **4.2 Atividades de discussão sobre racismo e xenofobia em associações de Lisboa e Setúbal**

Essas atividades foram planeadas tendo como objetivo trabalhar com a educação não-formal, para conhecer os possíveis impactos das atividades, estreitar laços com algumas associações e se possível estabelecer futuras parcerias. Como esclareceu Gadotti (2005), a educação não-formal “ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida” (p.2), por esta razão as atividades também pretendiam levar para fora dos muros das escolas temas recorrentes, que fazem parte do cotidiano da população portuguesa, migrante ou não.

Particpei no planeamento de todas as etapas das duas atividades, sob coordenação de uma colega de equipe que atua na área da sociologia, uma em junho e a segunda em julho, ambas precedidas por um período de preparação, sob a orientação e supervisão. Com o devido acompanhamento, fui responsável pelos contatos realizados através do e-mail institucional do Observatório com as seguintes associações: Femafro (Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal), UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), FEM (Feministas em Movimento), Casa do Brasil de Lisboa, Associação O Espaço e Associação The One Zion. O objetivo desses contatos era propor a realização das atividades de discussão.

No entanto, o processo apresentou desafios, especialmente porque as associações contactadas que responderam aos e-mails não dispunham de agenda disponível para intervenções, algumas em virtude do período de recesso nos meses de julho e agosto. Ainda assim, conseguimos agendar atividades com a Casa do Brasil de Lisboa e com a recém-inaugurada associação 'O Espaço', localizada no Barreiro, Setúbal. Embora as associações UMAR e The Zion tenham demonstrado interesse em acolher as atividades, não foi possível, pelo facto de não conseguirmos articular as reuniões para falar sobre as propostas dentro do prazo previsto.

No dia 23 de julho (terça-feira), às 18 horas, foi realizada uma roda de conversa intitulada 'Desafios e Caminhos para uma Convivência Multicultural' na Casa Brasil de Lisboa, uma associação de imigrantes fundada em 1992, amplamente conhecida, especialmente entre os imigrantes brasileiros. A equipe do Observatório concedeu-me autonomia para mediar a roda de conversa. A atividade foi acompanhada por um guião de perguntas elaborado por mim e com a aprovação da orientadora, o mesmo foi disponibilizado no anexo 2.

Contatei profissionais com perfil adequado para participar do evento, e, apesar de parecer simples, cada etapa exigiu um período considerável para a sua concretização, incluindo a elaboração do material de divulgação. Como a equipe de comunicação da faculdade não estava disponível, uma das participantes da roda de conversa ofereceu apoio para a realização do material. O processo levou um mês e meio para ser finalizado, culminando nas ações focadas na educação não-formal.

**Figura 9. Material de divulgação das duas atividades**



Os convidados da ação realizada na Casa Brasil foram os seguintes: Elisângela Rocha, Pedro Barbosa, Luciana Gomes, Madalena Silva<sup>20</sup>.

Na roda de conversa tivemos a presença e participação de jovens e crianças e mulheres. Foi importante identificar como os relatos e trocas de experiências se cruzavam, o fato de boa parte dos que estavam ali presentes relatarem que ao chegar a Portugal tiveram seus diplomas “invalidados” havendo a necessidade de cursarem mais cadeiras na universidade para terem seu diploma reconhecido no país. Duas participantes relataram ter sido necessário fazer uma nova licenciatura ou mestrado, uma das participantes detém o título de doutora pelo seu país de origem, mas está cursando um novo mestrado para se reintegrar no mercado de trabalho português, algumas delas relataram a necessidade de aceitar trabalhos abaixo da sua qualificação profissional do país de origem.

Um aspecto relevante, no que diz respeito às associações, é o papel descrito por Elisângela Rocha, uma das fundadoras da Associação Diásporas, que afirma que “o papel das associações é provocar, instigar e pressionar as instituições públicas a desenvolverem propostas para a melhoria da qualidade de vida da população migrante”.

<sup>20</sup> A trajetória académica e profissional de cada convidado (a) encontra-se no anexo VIII

Com a participação da Dra. Luciana Gomes, tivemos a oportunidade de abordar assuntos relacionados à saúde da mulher negra e da população migrante.

A roda de conversa contou com a participação média de vinte e cinco pessoas, mas nem todas puderam permanecer até o final, devido a atrasos e a duração da atividade, que durou 2 horas e 30 minutos. Durante o evento, os participantes responderam de maneira engajada às perguntas propostas, entrevistaram ativamente e compartilharam experiências relacionadas a preconceitos e estereótipos. Embora não tenha sido realizada uma avaliação sistematizada, os feedbacks informais obtidos sugerem que o evento foi uma experiência enriquecedora e acolhedora, promovendo um ambiente de troca significativa e aprendizado mútuo. Os participantes apreciaram as questões direcionadas aos convidados, pois nem sempre são abordadas no cotidiano, o que contribuiu para um ambiente de discussão aberto e construtivo.

Como resultado da roda de conversa, o Observatório recebeu um convite da Presidente da Casa do Brasil de Lisboa, Cyntia de Paula, para organizar, em parceria com a associação, encontros mensais. Esses encontros terão como foco a realização de atividades sobre temas como racismo e xenofobia, abordados a partir de uma perspectiva holística, visando atender aos interesses da comunidade migrante residente em Lisboa e arredores.

Outro resultado do evento na Casa do Brasil foi o convite da associação MIPP-PALOP, feito por intermédio de uma das participantes, para que eu, na condição de estagiária, colaborasse com os eventos em comemoração ao Dia da Mulher Africana e Afro-Latino-Americana, organizados pela associação em parceria com outras associações e coletivos. Embora as atividades tenham ocorrido durante o mês de julho, não foi possível aceitar o convite devido ao volume de tarefas previstas para a conclusão do estágio no Observatório.

No dia 15 de junho (domingo), foi realizado um debate com foco em educação, intitulado 'Desafios Educacionais: O Impacto do Racismo e da Xenofobia no Ambiente Escolar', no distrito de Setúbal-Barreiro. Para a realização do debate, foram estabelecidos contatos com profissionais especializados em educação, arte e cultura, bem como em racismo e xenofobia, com base em suas experiências e estudos.

O evento contou com a participação de: Lucila Clemente, Madalena Silva, Susana Strada e Jaqueline Silva. O guião de perguntas foi estruturado por mim com supervisão da orientadora da entidade (anexo 3).

O objetivo de realizar essa atividade no Barreiro, em parceria com a recém-inaugurada associação 'O Espaço', surgiu pela oportunidade e abertura oferecidas pela instituição, bem como pelo interesse em atrair a juventude local, incluindo os moradores dos bairros sociais Vale da Amoreira e Cidade do Sol. A intenção foi incentivar os jovens a se envolverem com a associação, integrando-se ao espaço e planejando atividades sobre temas relevantes para a sua comunidade. O debate foi enriquecedor, sensibilizando muitos dos presentes sobre o impacto do racismo. Um momento marcante ocorreu quando dois participantes, homens adultos e negros, alegaram veementemente que o racismo não existia. Essa afirmação serviu como um ponto de partida para que os debatedores refutassem tal argumento, embasando suas respostas em estudos que comprovam a existência do racismo.

O debate foi construtivo, especialmente ao revelar as ideias geradas durante o encontro, como a proposta de criar um Sarau Literário com foco específico na produção de escritores negros e migrantes, e na criação de poesias de autoria própria. Além disso, discutiu-se a formação de um Coletivo Cultural para estimular a criação artística. Essa proposta partiu de jovens da Batalha do Barreiro<sup>21</sup> e eu enquanto estagiária do Observatório e tendo formação na área de Letras e por residir na Margem Sul, ofereci todo o meu apoio na operacionalização do Sarau.

Concluimos que é necessário que futuras ações similares adotem um planeamento mais estruturado, com cronograma mais prolongado e com atividades mensais ou semanais, para que assim os resultados se tornem mais tangíveis.

#### **4.3 Colaboração com o Ciclo de Conversas**

O Ciclo de Conversas iniciou-se em outubro de 2023 e incluiu a organização de oito atividades. Na primeira conversa, com a Dra. Francisca Van Dunem, estive presente e tive a oportunidade de ouvir e conhecer de perto o trabalho da ex-juíza, que é uma das poucas mulheres negras a ocupar cargos políticos em Portugal. A

---

<sup>21</sup> Batalha de Rimas do Movimento Hip Hop

representatividade negra no cenário político português ainda é limitada; conforme destacado por Gorjão (2019), a eleição das três primeiras deputadas negras em Portugal — Joacine Katar Moreira, Beatriz Gomes Dias e Romualda Fernandes — foi um marco inédito, ocorrendo em 2019. No entanto, ainda persiste uma baixa representatividade da população negra em contextos políticos.

A minha atuação no Ciclo de Conversas baseou-se em auxiliar minhas colegas de equipa a pesquisar e sugerir os convidados para cada evento, contactar a equipe de comunicação da faculdade para a realização dos materiais de divulgação da atividade, rececionar os convidados no dia, tirar fotos para divulgar no site do Observatório, preparar a sala e principalmente ter a oportunidade de aprender e conhecer o trabalho desenvolvido por pesquisadores e profissionais de áreas diversas relacionadas direta ou indiretamente com fenómenos de racismo e xenofobia.

**Figura 10 - Cards Conversas**



Merece destaque a 6ª Conversa que foi realizada em 21 de março de 2024. Neste período, não havia formalizado a Minuta do Estágio, mas já estava participando de algumas atividades do Observatório. Nesta data celebrou-se o Dia Internacional para a eliminação da discriminação racial. Foram apresentados e discutidos os resultados do inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da

população residente (ICOT) do INE, com a participação da equipa técnica responsável - Leda Barbio, Mariana Marques e Susana Neves. O inquérito comprovou que cidadãos e cidadãs negras e pardas tendem a enfrentar maiores taxas de desemprego, acesso limitado a boas oportunidades de trabalho e de habitação, disparidades educacionais, etc. Conforme demonstrado pelo Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT), estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística e divulgado em 2023:

"A proporção de quem sofreu discriminação mais do que triplica entre a população que se autoidentifica como sendo de etnia cigana (51,3%), afetando ainda 44,2% da população que se identifica como negra e 40,4% da que considera ter origem ou pertença mista. Apenas a população que se autoidentifica como branca (13,9%) apresenta uma proporção abaixo da média na discriminação vivida" (Instituto Nacional de Estatísticas, 2023, p. 24)

Poder acompanhar a apresentação dos resultados do ICOT foi particularmente relevante para compreender a profundidade desses fenômenos. O evento não só reforçou as discussões teóricas sobre ideologia racista e práticas discriminatórias discutidas por autores como Vala (2015) e Machado (2000), dentre outros, como também ofereceu uma base concreta para o desenvolvimento de novos estudos e projetos. A partir da análise desses dados, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas mais eficazes para mitigar preconceitos e discriminação racial no contexto social e educacional.

A compreensão aprofundada das condições de vida da população residente em Portugal poderá orientar o desenvolvimento de intervenções e novos programas que visem melhorar a integração e o combate ao racismo e à xenofobia.

Por dialogar com as minhas ações no âmbito da educação não-formal destaco também a 7ª Conversa, realizada em 11 de abril de 2024, para ouvir as Associações SOS Racismo, Solim-Solidariedade Imigrante e Casa do Brasil de Lisboa. Foi um diálogo essencial para se pensar em ações no contexto educacional, pois frequentemente as associações utilizam abordagens educativas alternativas para conscientizar e empoderar o público com quem trabalham. Minha participação

no evento permitiu compreender melhor como as associações convidadas desenvolvem seus trabalhos.

A 8ª Conversa, realizada em 23 de maio de 2024, contou com a participação do Grupo de Ação Conjunta contra o Racismo e a Xenofobia, composto por 71 coletivos dedicados à luta contra o racismo, a xenofobia e o fascismo. Esses grupos, comprometidos com a construção de um Portugal, uma Europa e um mundo mais inclusivos e interculturais, têm como objetivo combater todas as formas de opressão e discriminação. O evento foi especialmente enriquecedor para a compreensão de como os coletivos se articulam.

Durante a 8ª Conversa, ficou evidente a força da união desses grupos em torno da Iniciativa Legislativa de Cidadãos, que tem por objetivo criminalizar o racismo e injúria racial no país e que será apresentada à Assembleia da República.

O primeiro Ciclo de Conversas de 2023-2024 foi finalizado com a 9ª Conversa, no dia 20 de junho de 2024 com a participação de Daniel Cardoso, docente na NOVA FCSH e Universidade Lusófona, cujo foco foi falar sobre Ciberculturas, Racismo e Imprensa.

#### **4.4 Levantamento de associações e projetos focados na integração da população migrante e anti-racistas**

A atividade envolveu a pesquisa utilizando palavras-chave como 'integração migrante', 'projetos antirracistas' e 'associações de apoio a imigrantes' em motores de busca, além da revisão de artigos sobre associações e educação não formal. O objetivo foi identificar entidades não governamentais que atuam na linha de frente do combate ao racismo e à xenofobia. Os resultados foram apresentados em uma reunião online, onde expus oralmente as descobertas e o trabalho desenvolvido pelas associações. A entrega de um relatório com as informações compiladas ainda está pendente. O objetivo desta tarefa foi estabelecer parcerias para as futuras ações do Observatório, visto que a ausência dessas parcerias com associações experientes pode comprometer a eficácia das atividades. As entidades mapeadas e seus respectivos trabalhos desenvolvidos, encontram-se disponíveis para consulta no anexo VIII.

#### 4.5 Cronograma de atividades - Ano 2024

Atividades/Tarefas	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Análise dos manuais escolares	x					
Apoio na elaboração e execução de atividades sobre educação não-formal.		x	x	x		
Colaboração com o Ciclo de Conversas	x	x	x	x		
Pesquisa e Mapeamento de associações			x	x		
Atividades diversas	x	x	x	x		
Escrita Relatório Final de Estágio					x	x

#### 5. Análise Crítica

O racismo, xenofobia, preconceito e discriminação são fenómenos que impactam a formação de uma criança, de um jovem e porque não de um adulto, sejam eles autóctones ou imigrantes. A intervenção através de uma educação anti-racista e inclusiva para esta população ganha cada vez mais importância. Como refere Machado (2019):

“(…) no mundo actual, de desigualdades existenciais, um dos domínios que se manifestam com frequência é o da diferenciação étnico-racial. Em muitos países, seja por via dos fluxos migratórios internacionais, seja pela composição interna da sua própria população, deparamo-nos com grupos étnico-raciais diversos e situações em que os membros de alguns desses grupos são alvos quotidianos de racismo e discriminação étnica, seja por parte dos grupos socialmente dominantes, seja por parte das instituições” (p.4).

Com efeito, a população negra, cigana e migrante que reside em Portugal está mais propensa a ser alvo de preconceito e discriminação do que outras, seja em contexto escolar como em situações diversas.

Nesse sentido, para unir esforços com o objetivo de causar mudanças nesse cenário, em que o racismo e xenofobia parecem persistir, é que associações, em parceria (ou não) com coletivos e outras entidades, planeiam e desenvolvem atividades sobre conscientização, formação, educação anti-racista e projetos focados no acolhimento de pessoas imigrantes. Através das atividades desenvolvidas no período de estágio, foi notório perceber o engajamento das associações, coletivos e de pesquisadores presentes nas atividades desenvolvidas pelo Observatório.

Em primeiro lugar, as “Conversas”, atividade realizada uma vez por mês na Faculdade de Direito – Nova School of Law, recebeu representantes destes segmentos e propôs-se a auscultar os diversos setores da sociedade portuguesa com a perspectiva de compreender como a entidade poderia desenvolver estratégias próprias para contribuir com a implementação de novas políticas e no desenvolvimento de estudos sobre racismo e xenofobia em Portugal, nos questionamos sobre os desafios e futuras estratégias para atrair a população de um modo geral, como os profissionais que possuem cargos que não exigem formação académica e estudantes das mais variadas áreas, para estarem mais presentes nas Conversas, de modo a sensibilizar o máximo de cidadãos para atuarem firmemente no combate ao racismo e xenofobia, preconceitos e práticas discriminatórias.

Em segundo lugar, com a realização das atividades no âmbito da educação não-formal abriu-se um pequeno espaço para diálogos e reflexão crítica sobre os desafios que um cidadão imigrante pode enfrentar e na reflexão de como o racismo subtil, institucional e estrutural faz parte do cotidiano de determinados grupos étnicos, como bem relembra Freire (1967), sobre a importância da educação crítica: “A educação (...) se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança” (p.36), no sentido de debater os assuntos em questão que por vezes parece “sensível” ou desnecessário, nesse sentido, as atividades desenvolvidas serviram para compreender a complexidade dos temas tratados.

A partir da experiência concreta no estágio surgem algumas reflexões críticas que devem ser tomadas em consideração. No que diz respeito às atividades focadas na educação não-formal, pode se considerar que as ações demandaram um tempo considerável em termos de pré-realização, o impacto da ação foi baseada apenas

pelo dia da atividade em si, pelo fato de que o Observatório não dispunha de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de um projeto com um plano de atividades prolongado. Pode-se inferir que o alcance e impacto destas ações foram superficiais, embora não deixem de terem sido legítimas e fomentadoras de ideias criativas, como o interesse na criação do Sarau Literário, na margem sul da cidade - Barreiro e a parceria com a Casa do Brasil de Lisboa, com a proposta de parceria para a realização de atividades mensais focadas na população migrante.

Nesse sentido, a articulação entre a teoria e a prática para combater os fenómenos em pauta assume um papel importante para as atividades desenvolvidas pelo Observatório, haja visto que desde o início a entidade tem se mostrado interessada em estabelecer parcerias com associações e outras instituições.

Em terceiro plano, a análise dos manuais permitiu identificar que o manual de História e Geografia de Portugal, da editora Porto, não cumpriu as orientações emitidas pela ECRI sobre a relevância de que: “a narrativa da “descoberta do novo mundo” deve ser colocada em questão e a história e contributo dos afrodescendentes, assim como dos ciganos, para a sociedade portuguesa devem ser tratados (2018, p. 21), o referido manual não dialogou com as orientações, ao contrário, contribuiu com a invisibilização das lutas da população escravizada, e priorizou as representações eurocêntricas, ao representar a população portuguesa, por exemplo, as representou somente com pessoas brancas. O que identificamos é que a análise dos manuais serviu como ponto de partida para implantar futuros estudos no que toca à qualidade dos conteúdos e desenvolver recomendações específicas.

Em último lugar, questionamos até que ponto as atividades desenvolvidas conseguiram ter um alcance para além dos profissionais que detêm maior qualificação académica. Nosso objetivo era também alcançar profissionais com menor qualificação, mas tivemos a perceção de não termos atingido esta meta, mesmo recorrendo aos métodos de educação não-formal, ao sair do ambiente académico e partirmos para contextos informais, não nos foi perceptível o alcance deste público, o que pode-se considerar um aspeto a ser melhor trabalhado.

Outro ponto que impactou no desenvolvimento das tarefas foi o fato da entidade estar em fase inicial de trabalho e a equipa em fase de entrosamento, além

disso todos desempenham outras funções profissionais no âmbito académico. A entidade ainda não dispõe de uma sede própria, o que possibilitou a realização das tarefas em formato *online* e presencial, em alguns momentos o contexto online não foi favorável. O estágio foi uma oportunidade de trabalhar em uma nova entidade, que está aberta para dialogar e trabalhar em parceria com a sociedade e outras instâncias civis para mitigar o racismo e xenofobia em todos os setores possíveis da sociedade portuguesa.

## **6. Conclusão**

Durante a execução do estágio e do presente relatório, surgiram várias limitações e dificuldades. Inicialmente, a escolha da instituição foi uma delas, uma vez que o Observatório não constituía a primeira escolha. Como as instituições inicialmente selecionadas não me deram um retorno positivo para a realização do estágio, foi necessário, já tardiamente, optar por outra entidade.

Por ser estrangeira e não ter experiências profissionais no país, o período de estágio foi enriquecedor no sentido de conhecer mais de perto os fenómenos de racismo e xenofobia em contexto português, além de me aproximar de coletivos e associações que atuam no país para mitigar esses fenómenos. No entanto, senti que poderia ter sido mais produtivo se a entidade já estivesse mais consolidada e com uma sede própria. Senti a falta de um acompanhamento mais próximo, o que não significou que não fui apoiada. Desde o meu primeiro contato com o Observatório, fui acolhida; mas, devido às multitarefas que os profissionais envolvidos desempenham no âmbito de suas atividades profissionais, não foi possível o acompanhamento que eu necessitava.

A nível pessoal, a experiência tornou-se gratificante e se revelou um desafio diante dos entraves mencionados. A principal constatação deste relatório é a de que as atividades no âmbito da educação não-formal podem desempenhar um papel importante para a conscientização e formação crítica da população residente em Portugal. No entanto, faz-se necessário o planeamento e a execução das atividades de maneira prolongada, com recursos financeiros adequados, para a realização das ações, de modo a conseguir atrair para as atividades profissionais de outros setores.

Além disso, é preciso planejar ações que tenham como foco as crianças e jovens do ensino secundário e superior.

A análise dos dois manuais escolares contribuiu para o entendimento de que houve avanços, mas ainda predomina uma tendência eurocêntrica. Urge, nesse sentido, promover mudanças estruturais na produção destes materiais, que são recursos básicos utilizados em contexto escolar, pelo fato de existirem estudos, recomendações e pareceres internacionais e nacionais que demonstram como os conteúdos dos manuais escolares em Portugal ainda mantêm um olhar bastante eurocêntrico, o que não dialoga com a multiculturalidade presente nas escolas e no país. Embora o foco principal do Observatório não seja diretamente a educação, foi possível dialogar com os fenómenos de racismo, discriminação e xenofobia e suas respetivas interseções com a educação.

Outra conclusão a que pude chegar é que é possível combater os fenómenos em causa por meio de parcerias entre a educação formal e não-formal, com a elaboração de projetos educativos que possibilitem aos educandos novas formas de ver o mundo, ensinando para o desenvolvimento de uma consciência crítica e voltada para a empatia. É necessário implantar propostas que desenvolvam ações afirmativas e integrativas, ensinando às crianças e aos jovens a compreender o mundo de uma maneira mais respeitosa, com partilhas e diálogos, fomentando o pensamento crítico, reflexivo e criativo, para que possam enxergar a diferença como algo positivo. Diante do protagonismo que assumem, professores e educadores precisam ter acesso a formação inicial anti-racista, bem como formação contínua ao longo da carreira.

Por ter permanecido tanto tempo fora da universidade, atuando diariamente como professora e também como idealizadora de projetos socioculturais, considero que as aprendizagens adquiridas foram essenciais para o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca dos impactos perversos do racismo, das discriminações e da xenofobia. Posso afirmar que o estágio contribuiu para a minha formação, permitindo-me abordar mais a fundo estes fenómenos, por meio de atividades que transitem entre a educação formal e não-formal, integrando a educação informal. Como Paulo Freire tantas vezes mostrou em seus estudos, é importante valorizar as experiências sociais dos educandos, para que assim, seja possível conectá-las aos saberes curriculares de maneira contextualizada.

## Referências

Almeida, S. L. de (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.

Anderson, G., Herr, K (2016). O docente-pesquisador: a investigação-ação como uma forma válida de geração de conhecimentos. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 4–24. DOI: [10.12957/riae.2016.21236](https://doi.org/10.12957/riae.2016.21236). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/21236>.

Antunes, C. (2020). “Grafittis Racistas na Universidade Católica e no ISCTE: ‘Pretos, Não vos Queremos Cá’, ‘Zucas, Voltem para as Favelas’”. *Expresso online*. <https://expresso.pt/sociedade/2020-10-30-Graffiti-racistas-na-Universidade-Catolica-e-no-ISCTE-Pretos-nao-vos-queremos-ca-Zucas-voltempara-as-favelas>

Araújo, M. (2018). *As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): Desafios para a educação e as lutas anti-racistas*. Investigar em Educação - II<sup>a</sup> Série, Número 7.

Associação Diásporas. (2023) *Relatório de Atividades* (p.02). [diasporas.pt](http://diasporas.pt)

Barboza, M. E. M. (2021). O papel da educação no combate à desinformação, discriminação e xenofobia. *Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI*, Volume 1, Capítulo 26, DOI: -DOI:10.55232/1083002.26. Disponível em: [https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas\\_3-26.pdf](https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_3-26.pdf) >> Acesso em: 13 de julho de 2024.

Batoto, Y. (n.d.). *Visitas guiadas: A presença africana em Lisboa*. <https://batotoyetu.pt/visitas-guiadas-presenca-africana-lisboa-batoto-yetu-portugal/>.

Bento, M. A. S. (2007). *Cidadania em preto e branco*. Ática.

Bourdieu, P. (1999). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

Cabecinhas, R. (2008), *Racismo e xenofobia: A actualidade de uma velha questão*. In : *Comunicación e Cidadanía*. Universidade do Minhos/ Instituto de Ciências sociais. Observatório Galego dos Médios, ISSN 1886-8975, n. 2 pg.163-182.

Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A Naturalização da Discriminação Racial*. Porto: Campo das Letras, 2007.

Canário, R. (2006). *Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal*. In AAVV, *A Educação em Portugal (1986- 2006). Alguns Contributos de Investigação* (pp. 159-206). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Conselho Nacional de Educação.

Casa do Brasil de Lisboa (n.d.). *25 de abril e a Imigração - 50 anos*. <http://casadobrasil.pt>

Cortesão, L., & Pacheco, N. (1991). *O conceito de educação intercultural: interculturalismo e realidade portuguesa*.

Costa, A. F. da. (2012). *Desigualdades Globais*. DOI: 10.7458/SPP201268691

Costa, A. F. D., Mauritti, R. (2018). *Classes sociais e interseções de desigualdades Portugal e a Europa* (capítulo 8).

Costa, R. (2022). Lisboa vai ter programa antirracista nas escolas. Projeto-piloto propôs-se a confrontar “história oficial com a realidade”. *Observador*.  
<https://observador.pt/2022/07/26/lisboa-vai-ter-programa-antirracismo-nas-escolas-projeto-piloto-propos-se-a-confrontar-historia-oficial-com-a-realidade/>

Costa, F., Marques, A., Pinto R, C. (2017). *História e geografia de Portugal*. Porto.

DJASS - Associação de Afrodescendentes. (n.d). *Visa eliminar as barreiras estruturais às diferentes comunidades racializadas*.  
<http://www.djass.org>

Escritas. (n.d). *São meus estes rios*.  
<https://www.escritas.org/pt/t/7121/sao-meus-estes-rios>

Furtado, A (n.d). *Explicar o racismo como uma violação dos Direitos Humanos*. Buala.

Grupo de Ação Conjunta Contra o Racismo e a Xenofobia. (2024). *Sendo o objetivo do Grupo de Ação Conjunta Contra o Racismo e a Xenofobia*. Recuperado em 16 de agosto de 2024.  
<https://www.antiracismo.org/criminalizar-racismo>

Ferreira, G.V. (2021). *A educação não formal e modelos educacionais inovadores*  
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76759>

Freire, P. (1967). *Educação como Prática de Liberdade*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire*. – São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Furtado, A. F. (2019). Com a mala na mão contra a discriminação – uma viagem pela história dos nossos direitos. *Medi@ções*, 7(2), 6–15.  
<https://doi.org/10.60546/mo.v7i2.240>

Furtado, A. (2020). Explicar o racismo como uma violação dos Direitos Humanos. *Buala*. <https://www.buala.org>

Gadotti, M. (2005). A questão da educação formal/não-formal. *Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant*, 1-11.

Gohn, M da. (2014). *Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. Investigar em Educação - IIª Série*, Número 1.

Grupo EducAR. (n.d.). *Grupo EducAR*.  
<https://grpeducar.wordpress.com/inicial/>

Grupo de Ação Conjunta Contra o Racismo e a Xenofobia. (2024). *Iniciativa para o combate ao racismo e xenofobia*.  
<https://www.antiracismo.org/>

Guimarães, A. S. A. (1999). *Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos*.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000100006>

Harkot-de-la-taille, E., Santos, A. R. Dos. (2012). Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade* 3.

Henriques, G. J. (2018). *Racismo no país dos brancos costumes*. 1 Edição. Ed. Lisboa: Tinta da China.

Henriques, G. J. (2016). *Racismo em Português. O lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta da China

Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Ed. WMF, Martins Fontes.

Instituto Português do Desporto e Juventude. (n.d.). *Programa Escolhas*.  
<https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>

Instituto Português do Desporto e Juventude. (2024). *Programas Escolhas. IPJD*.  
<https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Ed. Cobogó.

Machado, F L. (2019). *Desigualdades sociais no mundo actual: teoria e ilustrações empíricas*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Machado, F L. (2000) Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual? . *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 33, pp. 9-44

Mendes, R., Costa, S. (2017). *Volta e Meia* 6. Raiz.

Meyer-Pflug, S. R. (2009). *Liberdade de expressão e discurso do ódio*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Ministério da Educação. (2017). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatório. Despacho nº 6478/2017, 26 de julho. Diário da República, 2ª. série, nº 134.

[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)

Munanga, K. (Org.). (2005). *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Silva, T. (2022) *Lisboa vai ter programa antirracista nas escolas. Projeto piloto propôs-se a confrontar “história oficial com a realidade”*.

<https://observador.pt/2022/07/26/lisboa-vai-ter-programa-antirracismo-nas-escolas-projeto-piloto-propos-se-a-confrontar-historia-oficial-com-a-realidade/>

O que nos dizem os censos. sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal. (2021). *Instituto Nacional de Estatísticas*. Censo de 2021.

Pinho, J., Caleira, V. (2019). Mano Preto, Mano Branco: Uma estratégia pedagógica na disciplina de História. *Medi@ções*, 7(2), 54–65.

<https://doi.org/10.60546/mo.v7i2.243>

Popper, K. (1947). *Open Society and its Enemies – The Spell of Plato*. London. George Routledge & Sons, Ltd. Versão PDF.

Portugal should act more resolutely to tackle racism and continue efforts to combat violence against women (2021). *Conselho da Europa. Commissioner for Human Rights*.

<https://www.coe.int/pt/web/commissioner/-/portugal-should-act-more-resolutely-to-tackle-racism-and-continue-efforts-to-combat-violence-against-women>

Racismo na Educação // Racism in Education (2023). *Youtube*.

<https://www.youtube.com/watch?v=0AOvAdY11Yg>

Raposo, O. (2019). Arte e cultura: aprendizagens informais na Afro-Lisboa. *Medi@ções*, 7(2), 37–53.

<https://doi.org/10.60546/mo.v7i2.229>

Relatório da ECRI sobre Portugal. Quinto ciclo de controlo (2018). *ECRI - Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância. Conselho da Europa*.

<https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal-portuguese-translation-/16808de7db>

Relatório O Estado da Educação (2020), *Conselho Nacional de Educação (CNE)*.

<https://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1617-estado-educacao-2020>

Renovar a Mouraria. (n.d). *Radika: Chama as coisas pelos nomes*.

<https://renovaramouraria.pt/pt/radika/>

Roldão, C. (2019). *Mediações – Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*

<http://mediacoes.esse.ips.pt>.

Roldão, C. (2019). Educação (anti)racista: Que políticas, práticas e perspectivas? *Medi@ções*, Vol. 7 N.º 2 (2019)

Roldão, C. (2022). Descobrindo” o Manual Colonial. *O Público*.  
<https://www.publico.pt/2022/03/03/opiniao/opiniao/descobrindo-manual-colonial-1997399>.

Roldão, C. (2023). Racismo na Educação // Racism in Education | TEDxAveiro. [Vídeo]. YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=0AOvAdY11Yg>

Santo, A, E. (n.d). Poemas de Alda espírito Santo. Lá no Água Grande. *Lusofonia Poética*.  
<https://www.lusofoniapoetica.com/sao-tome-principe/alda-espirito-santo/poemas>

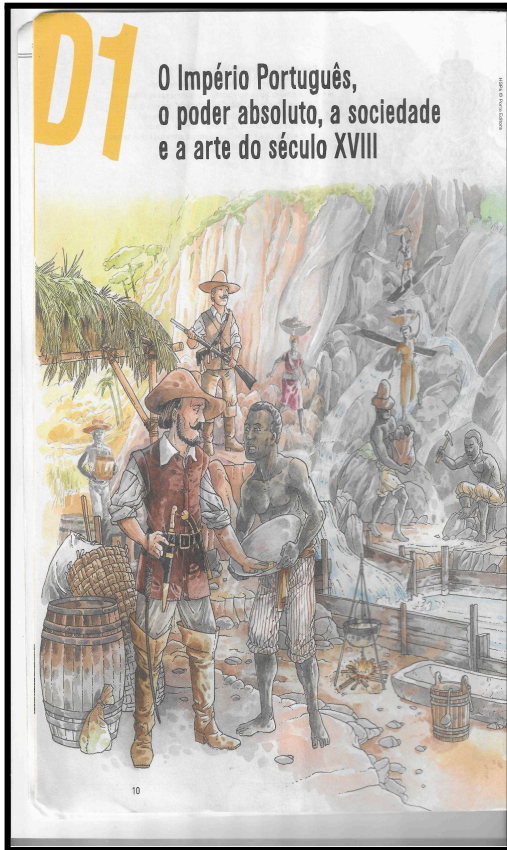
Severino, A. J. (2014). *Metodologia do trabalho científico*. (23.ª edição). Cortez Editora.

SILVA, M. C. (2000). *Racismo e Conflito Interétnico: Elementos para uma investigação*.  
<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/56/Manuel%20Carlos%20Silva%20-%20Racismo%20e%20conflito%20interetnico.pdf>

Vala, J., Brito, R., Lopes, D. (2000). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, Jorge (2021). *Racismo, Hoje. Portugal em Contexto Europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Anexo I - Imagens Pág. 10 E 11 Manual Didático De História E Geografia De Portugal (Editora Porto) (Cap. 1)



O Império Português, o poder absoluto, a sociedade e a arte no século XVII

**1.1 As características do Império Português dos séculos XVII e XVIII**

Durante o domínio filipino, muitos territórios do Império Português foram ocupados por Holandeses, Franceses e Ingleses...

**O Império Português nos séculos XVII e XVIII**

Durante o século XVII, outros países europeus, para além de Portugal e Espanha, também conseguiram dominar territórios noutros continentes.

Assim se constituíram vários impérios europeus, como podes observar no mapa da figura 1.

No final do século XVII, o Brasil ocupou, na economia portuguesa, o lugar que tinha a Índia no século XVI. As maiores riquezas chegadas ao reino deixaram de ser as especiarias orientais para passarem a ser os produtos brasileiros, primeiro o açúcar, mais tarde, o ouro (figura 2).

Quando comparamos o Império Português do século XVI com o do século XVII vemos que a área dominada pelos portugueses no Brasil aumentou muito.

**Fig. 1 Os impérios europeus nos séculos XVII e princípios de XVIII**

- Onde se localizavam os territórios portugueses?
- Que países europeus ocuparam alguns territórios do Império Português?

**Fig. 2 Reconstituição de garimpeiros a procurarem ouro no Brasil.**

- Quem realizava os trabalhos pesados?
- Que produtos valorizados pelos portugueses estão representados neste desenho?

10

## **Anexo II - Guião De Perguntas Para a Roda de Conversa na Associação o Espaço**

**Proposta:** Promover uma roda de conversa sobre o tema "Como lidar e combater os problemas causados pelo racismo e a xenofobia na sociedade portuguesa caracterizada pela presença de pessoas imigrantes?"

**Objetivos:** Compartilhar conhecimentos e experiências entre as pessoas participantes, criando um espaço de aprendizado mútuo, promovendo a conscientização sobre a importância da educação como ferramenta para combater o racismo e xenofobia. Pensarmos em conjunto em como desenvolver estratégias práticas que possam ser implementadas para promover mais inclusão social e combater a violência racista em seus variados níveis tais quais: preconceitos (calcados em estereótipos e representações do corpo negro), as ideologias (racialismo, o corpo negro racializado) e as práticas (discriminação, segregação, injúrias, apartheid, assassinato, violência física, violência linguística, religiosa, etc.) Essa roda de conversa, a partir de tais reflexões, visa também fortalecer a rede de apoio a pessoas negras imigrantes (ou não) em Portugal.

Roteiro:

### **O que é racismo e o que é xenofobia?**

9. Falar sobre as crianças e também experiências diversificadas.

3.4.2.5 (bloco educação)

1.7 (bloco legislação e políticas públicas)

Boas Práticas (exemplos de projetos e outras iniciativas)

Quem pode imigrar ? (a ser pensado no final)

O que é racismo e o que é xenofobia? Uma definição em perspectiva antológica / uma definição em perspectiva de lugar de fala ?

1. Quais são as políticas (sociais/governamentais/de inclusão) e programas existentes para combater o racismo e a xenofobia em Portugal. O fomento dessas políticas têm se revelado eficazes?
2. Qual é o papel da educação não-formal na prevenção do racismo e da xenofobia em Portugal?
3. Como é que a educação pode nos ajudar no desenvolvimento de uma consciência e postura social (e racial) crítica visando o combate ao racismo e a xenofobia?
4. De que forma a educação pode ajudar a desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade?
5. Quais são os principais elementos que um currículo escolar deve incluir para promover a diversidade e a inclusão?
6. As instituições de ensino superior em Portugal debatem estes temas? São receptivas com temas de pesquisas que falem sobre racismo e xenofobia?
7. Como a legislação portuguesa aborda o racismo e a xenofobia nas escolas? E quais as lacunas precisam ser melhoradas?

8. Qual é a importância do diálogo intercultural e a promoção da diversidade para combater o racismo e a xenofobia em Portugal?
9. Muitas crianças negras, desde a mais tenra idade, já sofrem discriminação por serem negras e ou imigrantes, por falarem um idioma diferente, por terem hábitos culturais “diferentes”- entendidos como fora do padrão imposto pela dominação, etc. Pensando nisso, como a área da educação infantil pode trabalhar para contribuir desde cedo com formação de atitudes e valores relacionados à diversidade racial, social e cultural?
10. Conhecem algum exemplo de programas educacionais que tiveram um impacto positivo na redução do racismo e xenofobia nas escolas de educação básica

## Bloco I - Introdução

1. Dar as boas-vindas a todas as pessoas. O objetivo desse encontro é que em conjunto possamos compartilhar conhecimentos e experiências entre nós que estamos aqui hoje, sobre um tema que nos toca de forma particular: o racismo e a xenofobia. Com isso, queremos despertar a consciência sobre a importância da educação no combate ao racismo e a xenofobia. Mas indo além do debate: queremos desenvolver em conjunto ideias, estratégias, práticas, que possam de fato ser implementadas para promover a inclusão em Portugal e combater essas violências.
2. Eu sou a Lucila Clemente, atriz, apresentadora, mestra em relações étnico-raciais, e trabalho com a implementação de estratégias anti racistas para empresas e escolas. E hoje, serei a mediadora desse nosso Debatepapo. E para começarmos, gostaria que cada uma das nossas convidadas se apresentasse e dissesse qual é a sua relação com os temas racismo e xenofobia.

## Comentar as falas

3. Perceber como o racismo e a xenofobia impactam as nossas vidas muitas vezes é mais simples, do que explicar o que são. E já que o convite é para que todas as pessoas negras e não negras sejam atuantes na luta contra o racismo, e que as pessoas não imigrantes também se posicionem contra a xenofobia, será que nós conseguimos dar um significado. Se pudéssemos definir, o que é racismo, o que é xenofobia, como definiríamos?

Comentar: Racismo sistema. Pessoas brancas não sofrem racismo. Citação:

Isso porque o racismo é também um “**processo de constituição de subjetividades**”, que não apenas “fornece uma explicação racional para a desigualdade racial”, como também constitui “sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente **abalados diante da discriminação e da violência racial**”, por considerarem “normal” e “natural” a divisão racial (ALMEIDA, 2018, p.49).

## Comentar

## Bloco II - Educação

4. Quando a gente compreende que o racismo atua como um sistema, e também a xenofobia, entendemos que são as instituições sociais, ou seja, como as igrejas, as organizações políticas e as escolas, são também responsáveis por reproduzir e manter essas violências. Jaqueline, você como educadora e também mãe, poderia nos trazer alguns exemplos de como você percebe que isso acontece?
5. Susana sendo filha de mãe cabo-verdiana e pai português essas diferenças raciais, culturais e étnicas foram percebidas na sua infância e nas relações escolares? Você sentiu que as tradições cabo-verdianas tiveram espaço no seu contexto escolar?
6. Madalena, e como as questões relacionadas a racismo e xenofobia aparecem nas suas pesquisas sobre família e gênero?
7. Por que vocês acham que é importante falar sobre esses temas com as crianças? Qual o papel da educação e como ela pode nos apoiar a desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade?
8. Vocês podem compartilhar alguma prática que considerem positiva, que combata o racismo e a xenofobia?

### **Bloco III - Políticas públicas**

9. Como a legislação portuguesa aborda o racismo e a xenofobia nas escolas? E quais as lacunas precisam ser melhoradas?
10. Quais são os principais elementos que um currículo escolar deve incluir para promover o combate às violências?
11. Vocês conhecem instituições artísticas, educacionais que tem uma atuação propositiva de combate ao racismo e a xenofobia. Vamos compartilhar boas práticas?

### **Bloco IV - Encerramento**

12. E agora é o momento de abirmos esse debate papo e ampliarmos as nossas discussões. (abrir para o público)

### **Comentar as falas**

13. Chamar o Observatório para os agradecimentos.

## Anexo III - Guião De Perguntas Para O Debate

### Versão oficial

Observatório de Racismo e Xenofobia - ORX

Proposta: Promover uma roda de conversa sobre “Como lidar e combater os problemas causados pelo racismo e a xenofobia em uma sociedade tão multicultural como a sociedade portuguesa contemporânea caracterizada, cada vez mais, pela presença maciça de estrangeiros e seus processos de imigração?”

Objetivos: Compartilhar conhecimentos e experiências entre os participantes, criando um espaço de aprendizado mútuo, promovendo a conscientização sobre a importância da educação como ferramenta para combater o racismo e xenofobia. Pensarmos juntos em como desenvolver estratégias práticas que possam ser implementadas para promover mais inclusão social e combater a violência racista em seus variados níveis tais quais: preconceitos (calcados em estereótipos e representações do corpo negro), as ideologias (racialismo, o corpo negro racializado) e as práticas (discriminação, segregação, injúrias, apartheid, assassinato, violência física, violência linguística, religiosa, etc. Essa roda de conversa, a partir de tais reflexões, visa também fortalecer a rede de apoio a pessoas negras imigrantes (ou não) em Portugal.

Sugestão de vídeo: Xenofobia contra brasileiros em Portugal cresce com recorde de imigração no país (Uol)

[https://www.youtube.com/watch?v=T-0jXff3\\_I8&pp=ygUUUSW1pZ3Jhw6dhbyBIIHJhY2lzbW8%3D](https://www.youtube.com/watch?v=T-0jXff3_I8&pp=ygUUUSW1pZ3Jhw6dhbyBIIHJhY2lzbW8%3D)

Cronograma:

- Dar as boas vindas aos participantes e ao público
- Exibição de um vídeo curto sobre o tema para iniciarmos o evento (Ainda em aberto)
- Roda de Conversa

Quem pode imigrar ? (a ser pensado no final)

O que é racismo e o que é xenofobia? Uma definição em perspectiva antológica / uma definição em perspectiva de lugar de fala ?

1. Quais são as políticas (sociais/governamentais/de inclusão) e programas existentes para combater o racismo e a xenofobia em Portugal. O fomento dessas políticas têm se revelado eficazes?
2. Qual é o papel da educação não-formal na prevenção do racismo e da xenofobia em Portugal?
3. Como é que a educação pode nos ajudar no desenvolvimento de uma consciência e postura social (e racial) crítica visando o combate ao racismo e a xenofobia?
4. De que forma a educação pode ajudar a desconstruir estereótipos e preconceitos

enraizados na sociedade?

5. Quais são os principais elementos que um currículo escolar deve incluir para promover a diversidade e a inclusão?

6. As instituições de ensino superior em Portugal debatem estes temas? São receptivas com temas de pesquisas que falem sobre racismo e xenofobia?

7. Como a legislação portuguesa aborda o racismo e a xenofobia nas escolas? E quais as lacunas precisam ser melhoradas?

8. Qual é a importância do diálogo intercultural e a promoção da diversidade para combater o racismo e a xenofobia em Portugal?

9. Muitas crianças negras, desde a mais tenra idade, já sofrem discriminação por serem negras e ou imigrantes, por falarem um idioma diferente, por terem hábitos culturais “diferentes”- entendidos como fora do padrão imposto pela dominação, etc. Pensando nisso, como a área da educação infantil pode trabalhar para contribuir desde cedo com formação de atitudes e valores relacionados à diversidade racial, social e cultural?

10. Conhecem algum exemplo de programas educacionais que tiveram um impacto positivo na redução do racismo e xenofobia nas escolas de educação básica?

**Anexo IV - Foto Do Evento Na Casa Brasil - Lisboa**



## Anexo V - Cards Dos Convidados Do Evento Casa Brasil

**RACISMO E XENOFOBIA**  
**EM LISBOA**  
Desafios e caminhos para uma convivência multicultural



**Oradora**  
**Luciana dos Reis Gomes**  
Mestre em Medicina Oncologia Molecular,  
Psicologia clínica e da saúde.  
comprometida com os direitos humanos e luta coletiva contra o racismo e xenofobia

**Casa do Brasil de Lisboa**  
R.Luiz Soriano, 42-Lisboa  
Entrada livre

**23 DE JULHO**  
ÀS 18:00



# RACISMO E XENOFOBIA

EM LISBOA

Desafios e caminhos para uma convivência multicultural



Oradora

**Elisângela Rocha**

**Membra da Diáspora sem Fronteiras**  
Desenvolve Projetos sociais focados na Igualdade de género e participação democrática, Apoio ao emigrante e cultura da paz

**Casa do Brasil de Lisboa**

R.Luiz Soriano, 42-Lisboa  
Entrada livre

23 DE JULHO

ÀS 18:00



INSTITUTO GERAL ANDARA

CASA do BRASIL de Lisboa

# RACISMO E XENOFOBIA

EM LISBOA

Desafios e caminhos para uma convivência multicultural



**Madalena Silva**

Oradora

**Socióloga (FCSH), Técnica especializada para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, especializada em Questões de género, formadora de Cursos Profissionais e formadora Filosofia Ubuntu.**

**Mestranda**

**em Família e Género ISCSP**

**Casa do Brasil de Lisboa**

R.Luiz Soriano, 42-Lisboa  
Entrada livre

23 DE JULHO

ÀS 18:00



INSTITUTO GERAL ANDARA

CASA do BRASIL de Lisboa

# RACISMO E XENOFOBIA

EM LISBOA

Desafios e caminhos para  
uma convivência  
multicultural  
**Jaqueline Talita**



**Mediadora**

Professora formada em Letras,  
produtora cultural pelo instituto Dandara,  
desenvolveu vários projetos socioculturais  
na periferia de S. Paulo,  
atualmente é mestranda  
em Educação pela FCSH

**Casa do Brasil de Lisboa**

R. Luiz Soriano, 42-Lisboa

Entrada livre

23 DE JULHO

ÀS 18:00



INSTITUTO CULTURAL  
**DANDARA**

CASA do  
BRASIL  
de Lisboa

# RACISMO E XENOFOBIA

EM LISBOA

Desafios e caminhos para  
uma convivência  
multicultural



**Orador**

**Pedro Barbosa**

**Bàbáloôfísà-Ativista Social,  
Produtor cultural e  
Pesquisador das religiões de matriz  
Africana**

**Casa do Brasil de Lisboa**

R. Luiz Soriano, 42-Lisboa

Entrada livre

23 DE JULHO

ÀS 18:00



INSTITUTO CULTURAL  
**DANDARA**

CASA do  
BRASIL  
de Lisboa

## Anexo VI - Imagens da atividade na Associação O Espaço - Barreiro



**Momentos do Debate na Associação O espaço**

## **Anexo VII - Percurso profissional e formação académica dos convidados para as atividades no âmbito da educação não-formal**

**Elisangela Rocha:** membra da Associação Diásporas, que trabalha no desenvolvimento de projetos sociais focados em gênero, participação democrática, apoio migrante e cultura de paz, facilitadora da metodologia em mediação de conflitos do Alternatives to Violence Project e Formadora no Projeto CHOICE - Creating and Humanizing Opportunities for Intercultural Connections and Empathy desenvolvido pela Associação Diásporas.

**Pedro Barbosa Bàbaloòrìṣà:** Ativista Social - Produtor Cultural – Pesquisador das Religiões de Matriz Africana. Membro da Direção da Casa do Brasil de Lisboa e do Departamento de Cultura, Presidente da Associação Ilé Àṣẹ̀ Ìgbà Mèrìndínlógún Òṣùn Cultural Beneficente e Religiosa e pesquisador das Religiões de Matriz Africana.

**Luciana Gomes:** formada em Biologia, Psicologia e Medicina, mestre em Medicina, Oncologia Molecular, Psicologia Clínica e da Saúde. Atualmente, trabalha como médica interna na especialidade de Saúde Pública, ativista feminista e antirracista, sendo uma participante ativa na luta coletiva contra o racismo e à xenofobia.

**Madalena Silva:** socióloga pela NOVA FCSH, técnica especializada para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, especializada em questões de gênero, formadora de cursos profissionais, mestranda em Família e Género no ISCSP.

**Lucila Clemente:** mestre em Relações Étnico-Raciais, pelo CEFET/RJ, pós-graduada em Preparação Corporal, pela Angel Vianna/RJ e graduada em interpretação teatral pela UFRGS. Pela OSCIP Padre Landell de Moura/RS formou-se como locutora e apresentadora de Rádio e TV.

**Susana Strada:** poetisa, escritora, rapper e compositora, vinte e três anos de idade, filha de mãe cabo-verdiana e pai português.

## Anexo VIII

### Entidades Mapeadas

→ **Associação Diásporas:** fundada em 2020 e tem sua sede em Cascais. A atuação predominante são de mulheres, em sua grande maioria migrantes, com formação na área educacional, advocacia, área da comunicação, dentre outras. De acordo com o relatório de atividades de 2023, foi possível identificar que o foco da Diásporas é trabalhar com a população migrante, trilhando cinco eixos de atuação: Migração, Política, Educação, Investigação e Advocacy. A associação trabalha com os respectivos valores:

- “-Compromisso com a erradicação dos sistemas estruturantes de opressão,
- Compromisso com os direitos humanos, sociais, políticos e migratórios
- Compromisso com a interseccionalidade,
- Compromisso com uma educação emancipatória e inclusiva,
- Valorização das parcerias e do trabalho em rede -Garantia de espaços acolhedores para todas as pessoas, com particular atenção para mães e crianças,
- Compromisso com a ética e a transparência”. (Diásporas, 2023, p. 2)

A Associação desempenhou atividades consistentes no âmbito da educação não-formal. O relatório de atividades contém 37 páginas, por isso serão destacados dois projetos.

O Projeto Alternativas à Violência (PAV), que teve início em 2023, é um programa de formação baseado em *workshops* que buscam utilizar dinâmicas para promover a auto exploração e a compreensão dos outros na convivência social. Através de práticas de comunicação efetiva e afetiva, o projeto visa desenvolver autoestima, autoconfiança, solidariedade e cooperação, fortalecendo vínculos interpessoais e comunitários. O objetivo foi fomentar valores que sustentam a

cultura de paz, promover a integração intercultural e capacitar os indivíduos a resolver conflitos de maneira não violenta. Os participantes, através de oficinas de três dias e atividades complementares, desenvolvem habilidades para resolver conflitos pacificamente, analisam o impacto das injustiças sociais e planejam ações para mudanças positivas e não violentas. O programa já foi implementado em mais de 50 países, e de acordo com o Relatório, foi introduzido em Portugal pela Diásporas através do projeto Territórios de Juventude: Construindo alternativas de não violência. (Relatório de Atividades, p. 06). Ao promover a integração intercultural o projeto desenvolveu atividades enriquecedoras para estimular os jovens a adotarem um comportamento tolerante e respeitoso face às diferenças étnicas e culturais, contribuindo com a diminuição de preconceitos e práticas discriminatórias que fazem parte da ideologia de superioridade de determinados grupos em relação a outros (Van Dijk, 1987, citado por Machado, 2000).

Outro projeto importante da Associação foi o "Active Citizens AKA", que recebeu financiamento do programa "Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CERV)" e foi coordenado pela Fundação SOLIDAR. O projeto envolveu oito parceiros de diferentes países europeus, incluindo Bélgica, Croácia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. O principal objetivo foi fomentar a participação democrática e o envolvimento de jovens de comunidades vulneráveis. Em novembro e dezembro de 2023, a Diásporas envolveu 135 jovens das áreas de Cascais e Coimbra em discussões sobre igualdade de género nas sociedades democráticas. Utilizando a metodologia de Educação para a Cidadania Global (ECG), os workshops proporcionaram um ambiente seguro para que os participantes compreendessem a importância da igualdade de género para sociedades democráticas e globais. (Diásporas, 2023, pp. 8,9). O projeto foi importante pois abordou também as opressões de interseções sistémicas, que se relacionam diretamente com as desigualdades de classes e as interseções entre

desigualdades de classe, género e raciais (Massey, 2007), que muitas vezes tendem a reforçar as desigualdades sociais.

A concretização dos projetos foi possível através de financiamento público e de uma equipa interessada em alcançar transformações significativas para a população migrante, incluindo crianças, jovens e adultos.

→ DJASS: Associação de Afrodescendentes, situada no distrito de Lisboa. De acordo com o site, já foram desenvolvidos projetos potentes como o “Com a Mala na Mão Contra a Discriminação: Uma Viagem pela História dos Nossos Direitos”. Este projeto teve como ponto basilar a discussão de assuntos relacionados ao colonialismo, eurocentrismo, escravatura, discriminação, racismo, com crianças do 1º ciclo. De acordo com o site da associação, o projeto foi um dos vencedores do Prémio Municipal “Direitos Humanos na Criança e no Jovem”. Este projeto foi idealizado pela DJASS, no entanto a realização do mesmo foi em um contexto formal de educação.

Um segundo projeto da DJASS foi o “Djumbai Descolonial, Tchoka-Fusion Design”, que se focou no empoderamento de mulheres de origem africana e migrantes, com o objetivo de oferecer formações para o desenvolvimento de conhecimentos e competências necessárias para a criação de um negócio.

Um terceiro projeto foi o Nneka-Gabinete Virtual de Apoio às Mães Racializadas. De acordo com o site da DJASS, o projeto “Visa eliminar as barreiras estruturais das diferentes comunidades racializadas dentro do sistema judicial português. Justifica-se pelo fato de que os direitos fundamentais destas pessoas estão a ser violados e invisibilizados, potenciando práticas de racismo e xenofobia, em intersecção com género e classe social, bem como a criminalização da pobreza e da dupla vitimização das mulheres e crianças.” (DJASS - Associação de Afrodescendentes, n.d).

A DJASS é composta por voluntários que se dedicam a formar e conscientizar a população sobre a importância da luta contra o racismo. Suas atividades incluem debates, formação, investigação e projetos socioculturais. A associação também defende a inclusão adequada da história e da contribuição dos povos africanos nos currículos e manuais escolares do ensino básico em Portugal, conforme relatado nos documentos de atividades disponíveis em seu site.

→ **Terceira associação:** A Casa do Brasil de Lisboa iniciou suas atividades em 1992, é uma associação formada por brasileiros e portugueses e desde sua fundação reivindica políticas igualitárias para as comunidades migrantes em Portugal, não apenas para migrantes brasileiros, mas para todas as nacionalidades.

A associação opera com base em três pilares: Intervenção Social, Ativismo e Cultura. Todas as atividades realizadas são fundamentadas em um desses elementos. Projetos significativos, como 'Migrante Participa em Sintra – Caminhos para a Igualdade e Participação', visam promover espaços de compartilhamento de experiências e conhecimentos sobre temas relacionados à comunidade migrante residente nos territórios de Algueirão-Mem Martins, Queluz e Belas. com enfoque especial nas questões de gênero (Site Casa do Brasil de Lisboa), como atividades concretas tem-se a elaboração de folhetos informativos, tertúlias (rodas de conversa) e a realização de um seminário, este projeto foi realizado entre 2021 e 2023.

A Casa Brasil de Lisboa disponibiliza apoio à inserção no mercado de trabalho português através do Gabinete de Apoio ao Emprego, com orientações sobre como fazer um currículo, formulação de candidaturas a vagas de trabalho, como escrever adequadamente um email para tal finalidade, entre outras orientações para se alcançar bons resultados nesse sentido. O atendimento é presencial e gratuito mediante marcação. A Casa disponibiliza também o “Grupo Acolhida” que consiste em um espaço de conversas, partilha de informações e vivências.

A Casa do Brasil também tem uma atuação no que diz respeito ao Ativismo Político, se posicionando a favor da democracia e na elaboração de políticas públicas que beneficiem a população migrante, como por exemplo:

- Apoio e participação no movimento #ELENÃO;
- Participação na Campanha por Outra Lei da Nacionalidade (2018);
- Co-organização da Carta Aberta pelos Direitos dos e das Migrantes;
- Co-organização do Debate com os partidos políticos sobre Direitos das Pessoas Migrantes em Portugal: Propostas para a Garantia de Igualdade de Oportunidades;
- Outras ações de ativismo. (Casa do Brasil de Lisboa, 2024)

A Casa promove eventos também no âmbito cultural, para divulgar o trabalho realizado por artistas brasileiros em solo português, através do “Bar da Casa” um espaço cultural em que “a associação desenvolve e acolhe atividades de várias áreas artísticas, como concertos musicais, teatro, exposições, gastronomia, ciclos de cinema, workshops, exposições, debates e palestras” (Casa do Brasil de Lisboa, 2024)

Merecem destaque os trabalhos de pesquisa, como o Relatório “Immigration and housing discrimination in Portugal”, de 2023, elaborado em parceria com a ACM e financiado pelo Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI), a pesquisa de “Diagnóstico sobre Discurso de Ódio e Imigração em Portugal” que está a ser realizada no decorrer do ano vigente. Destaca-se ainda a elaboração de um livro digital para marcar os cinquenta anos do 25 de abril e imigração, que foi lançado em maio de 2024. O livro aborda questões relacionadas com a discriminação e racismo, leis para estrangeiros, lei da nacionalidade, narrativas históricas.

A Casa Brasil possui recursos financeiros para o desenvolvimento dos projetos, uma equipe fixa de trabalho e espaço físico para a realização das

atividades de acolhimento, os recursos são provenientes do Fundo Europeu, Lisboa 2020 e Portugal 2020.

### Imagens das Conversas



Associações convidadas: Casa do Brasil de Lisboa, SOS Racismo e Solim-Solidariedade



Convidada para a 1º Conversa - Drª Francisca van Dunem,  
Juíza Conselheira Jubilada





**Momentos na roda de conversa na Casa Brasil de Lisboa**



**Momentos na roda de conversa na Casa Brasil de Lisboa**



**Ministra da Igualdade Racial do Brasil, Aniele Franco, assinando o memorando de entendimento com o Observatório. Junho, 2024**